

OBSERVAÇÕES

DO

D^R. VICENTE JOZE FERREIRA
CARDOZO DA COSTA,

Sobre um Artigo da Gazeta de Lisboa,

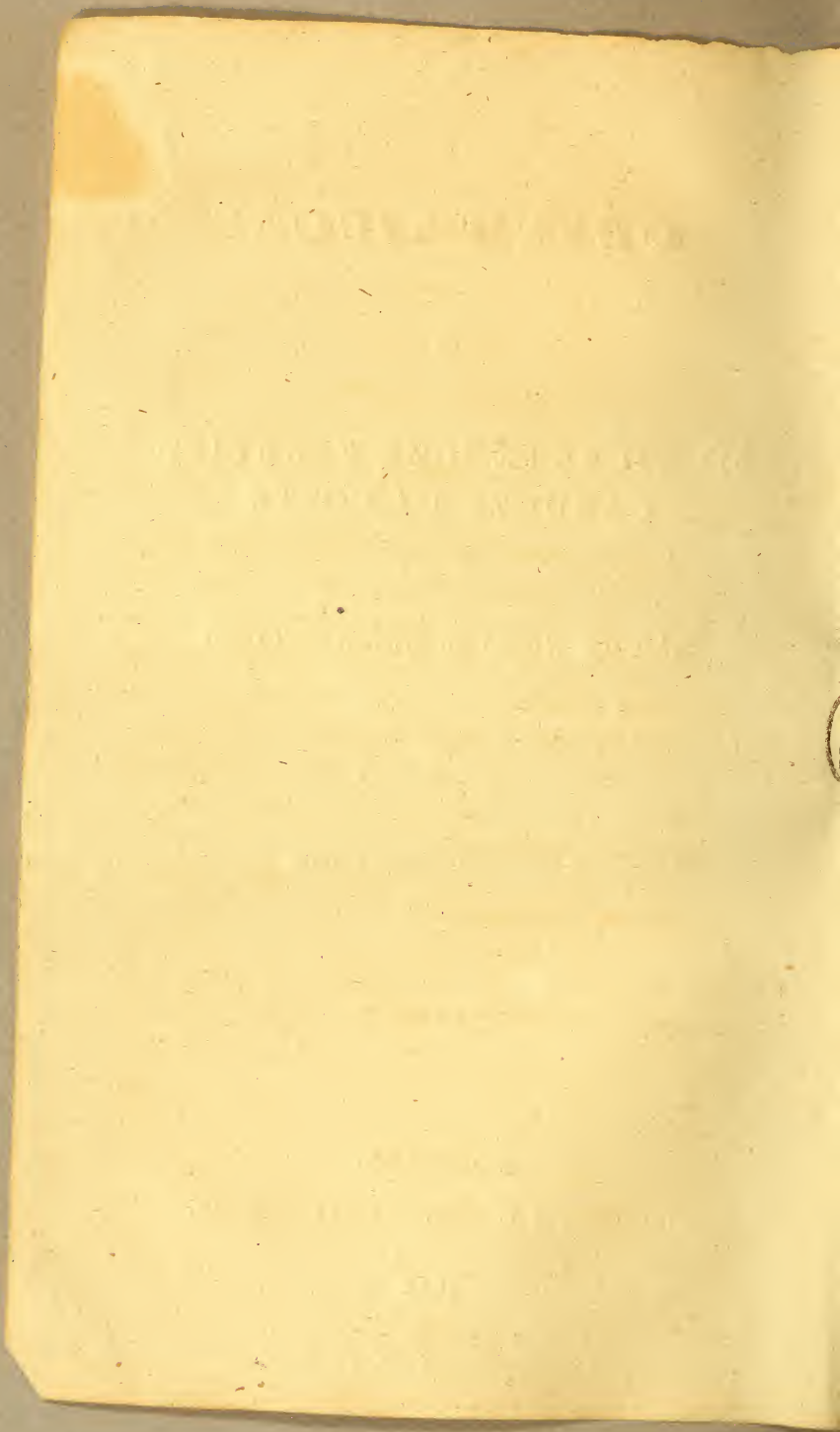
DE

29 DE OUTUBRO, DE 1810.

LONDRES:

IMPRESSO POR W. LEWIS, PATERNOSTER-ROW.

1811.



Avizo do Edictor.

As seguintes observaçoens nos chegaram á mão, com o nome do Dr. Cardozo da Costa, por seu author. Não tendo, porém, bastante authoridade para affirmar se elle he ou não o escriptor deste opusculo, julgamos que não devíamos ommittir o seu nome; para que, se elle na verdade foi, como se diz, quem escreveu este papel; se lhe não negasse, com tal ommissão, o louvor devido a tão assizadas reflexoens, tão juridicos raciocinios, e tão ir-respondiveis argumentos.

H. J. D. C.

Londres, Julho 15, 1811.

*Artigo da Gazeta de Lisboa, de 22 de Outubro,
de 1810.*

OBSERV. 1ª.

“ **EM** consequencia das averiguações da Policia (Obs. 2ª.) se mostrou, que a residencia de alguns Individuos n'este Reyno podia ser prejudicial ao sossego publico, em uma conjunctura taõ delicada como a presente; pelo que tomou o Governo a resolução de os remover interinamente de Portugal: (Obs. 3ª.) Este procedimento se acha escandalosamente calumniado na Gazeta Ingleza denominada O Sol. de 2 do corrente, cujas asserções os Senhores Governadores do Reyno mandaõ desmentir, fazendo saber, que nem o Marechal General Lord Wellington, (Obs. 4ª.) nem o Ministro Plenipotenciario de Sua M. Br., nem algum outro Individuo da dicta Nação, teve alguma parte no referido procedimento, nem conhecimento anticipado d'elle; por isso que o mesmo procedimento não foi mais que um resultado das informações que fôram communicadas pela Policia. As outras noticias absurdas sobre a conjuração, achados de Armas, &c., são taõ notoriamente falsas, que não merecem refutação. Similhantes delictos, se existissem, seriaõ castigados com penas mais graves, em observancia das Leys, e para escarmento dos culpados ” (Obs. 5ª.)

OBSERVAÇÕES,

&c.

Fuit hæc mensura timoris :
Velle putant quod cunq̃ue potest
Vix odisse vacat.

Lucano Pharsal, lib. 3, vers. 100, 101, 103.

OBSERV. 1ª.

ESTA Gazeta he o primeiro Estandarte do triunfo dos perseguidos em Lisboa pelo Governo do Reyno, desde o dia 7 de Setembro antecedente. O facto, a que ella se refere, foi tão escandalozo e horrivel, e o hade ser sempre na abominavel Historia do Despotismo daquelle Governo, que os Inglezes residentes em Portugal não descansáram, em quanto não fizeram declarar officialmente, que elles não tivéram nem intervenção, nem prévio conhecimento de similhante atrocidade. E os Governadores de Portugal ja passaram pela vergonha de serem obrigados a fazer a dicta declaração, que não podia deixar de ser summamente deshonrosa para elles auctores do procedimento ; porque conhecendo-se por meio d'ella, que os Inglezes se excluem da sua intervenção ao dicto respeito ; ficava sendo manifesto, que elles não reputavam gloriosa aquella operação. Se a considerassem proveitosa ao serviço de S. A. R., a que tem sacrificado o seu sangue e os

seus cabedaes, não teriaõ empregado aquelle empenho para se lavarem da imputação que se lhes fazia. Os Inglezes, pois, forçando a declaração feita n'esta Gazeta, obrigaram o Governo de Lisboa a publicar a sua infamia, dizendo elle mesmo ao Universo—*Nenhum Individuo da Gram-Bretanha quer associar connosco n'este facto; e com effeito nenhum houve, que interviesse, ou tivesse conhecimento delle*:—Pode haver acaso um pregação mais torpe, e vergonhoso, para os authores d'aquella tyrannia?

O Governo de Lisboa quiz illudir o publico, tentando persuadir-lhe, que a Graõ-Bretanha hia de accordo com elles nos seus procedimentos arbitrarios, persuadindo-se, que estes seriam apoyados, ou desculpados no Rio de Janeiro, quando la apparecessem com um sobre-escripto do nome Inglez. Nem foi outro o motivo que exigio uma fragata Ingleza, para acompanhar até á ilha terceira a outra Portugueza, que conduzio os innocentes prezos. Queria-se inculcar por aquelle modo ao Povo de Portugal, que a operação era da Gram-Bretanha, e era aquelle meio tão proporcionado para o referido fim, que elle enganou uma grande parte dos prezos, a qual se considerava uma victima da politica Ingleza: e esta nação precisava com effeito de forçar, como forçou, o Governo de Lisboa, para fazer esta declaração, indispensavel para desinfamar o seu nome. Nos sempre lhe fizemos a justiça de sustentar, que não era possivel, que os generaes, e Ministros Inglezes residentes em Portugal, tivessem concorrido para semelhante facto nem era possivel que elle deixasse de ser publicamente desapprovado por todo o Governo, e por toda

a nação Ingleza: e não podemos deixar de nos alegrar particularmente, quando vemos authenticamente approvada a nossa opiniaõ.

Mas que horrivel estratagema não foi este do Governo Portuguez, para indispor os Portuguezes contra os Inglezes alliados de Portugal, e taõ necessarios alliados para sustentar a sua independencia, se ella se podia sustentar contra a força dos exercitos Francezes! Aquelle procedimento tinha comprehendido tantos Portuguezes, que elles, e todos os seus parentes e amigos faziaõ uma porção muito consideravel da nação: e não era certo que toda ella havia de indispor-se contra quem fosse considerado auctor da ditta perseguição? Todos os mais Portuguezes que vîram acabar inteiramente a sua segurança com aquelle terrivel exemplo de prender, sumir, e expatriar Cidadaõs, sem audiencia, sem processo, e sem sentença, todos elles não haviaõ no fundo dos seus corações aborrecer quem na sua Patria hia estabelecer em regra a justiça dos Caligulas e dos Neros? Dar pois apparencias de que este facto era de origem Ingleza, não vinha a desligar da Graõ-Bretanha a mais consideravel parte dos Portuguezes? E isto quando? Quando se disputava a causa da preponderancia Ingleza n'aquella parte do Continente! Podia haver um estratagema mais hostile para com os nossos alliados, mais prejudicial á defeza dos direitos de S. A. R., e mais proprio para armar as vontades dos Portuguezes contra a Gram-Bretanha? Poucos haveriam que tivessem tanta segurança no seu modo de pensar, que reconhecessem desde o principio, e constantemente, que a

operação era toda do Governo Portuguez, e que as apparencias que se lhe davam de influencia Inglesa, eram filhas d'aquelle mesmo fatal systema, com que se tinha declamado, e deixado declamar tanto em Portugal, no Setembro de 1808 contra a Convenção, para a evacuação do Reyno pelos Francezes : 1º. Estratagemas para dividir os Ingleses e Portuguezes, filho d'aquelle mesmos fatal systema, comque no Porto se conduzia o Povo no Outubro seguinte a amotinar-se contra ás Tropas Francezas, embarcadas nos Navios de Transporte da Gram-Bretanha, assentando-se peças de Artilheria contra os mesmos Navios,* e praticando-se outros excessos summamente offensivos aos dictos Alliados, sem que o Governo de Lisboa ao menos com a publica desapprovação d'aquelles attentados, satisfizesse á Gram-Bretranha, e mostrasse ao Povo Portuguez quanto era contrario á sua causa um procedimento que offendia aos seus necessarios e indispensaveis auxiliadores : 2º. Estratagesmas para dividir os Ingleses e Portuguezes, filho d'aquelle mesmo fatal systema, com que na occasião em que o Exercito Inglez conduzido pelo General Moore, obrigado da superior força Franceza, se retirou para a Galiza, e depois se embarcou para Inglaterra, o Desembargador Secretario do Governo dizia aos Portuguezes em uma Proclamação—*Os Governadores—saõ os mesmos que vos dizem, que os Exercitos combinados de Moore, e de La Romana, se tem retirado para o interior da Galiza, deixando assim descubertas as nossas Fron-*

* Correio Brazil, N. 6. pag. 522.

*teiras—E o Bispo do Porto em outra—Se nós podessemos advinhar, que de repente nos veríamos destituídos do socorro dos nossos poderosos alliados, ja estariam dadas outras mais importantes providencias**—como quem accusava indirectamente a falta dos alliados em o nosso auxilio. 3o. Estratagema para dividir Inglezes e Portuguezes, filho do mesmo fatal systema com que tendo o Almirante Inglez, commandante das forças navaes Portuguezas, mandado reintegrar ao capitão de fragata Manoel de Souza Ferreira, no exercicio de 1º. Ajudante do Arsenal, por despacho de 31 de Agosto, de 1810, o Governo do Reyno expedio no dia 1º. de Setembro ordens, para que elle fosse prezo, e incluído na fatal deportação d'esta epoca, para frustrar aquella determinação do Almirante,† e depois do dicto Capitão ter sido julgado innocente por sentenças dos Juizes Contenciosos, nos Tribunaes de Justiça da Casa da supplicação, e da Real marinha, em quanto ás culpas politicas pelas quaes o mesmo Governo o havia mandado prender, e processar anteriormente; o que obrigou ao dicto Almirante a interpor a sua authoridade, para que aquelle Capitão viesse para a ilha terceira com uma licença. 4o. Estratagema para dividir Inglezes e Portuguezes, filho do mesmo fatal systema adoptado e seguido em Portugal, desde a recuperação da sua independencia, para dividir os Portuguezes dos seus alliados, á

* Proclamações de 21, e de 24 de Janeiro, de 1809, no Leal Portuguez do dia 28 do mesmo mez e anno.

† Diario Lisbonense N. 217, de 26 de Setembro de 1810.

elles entre si, e a elles do seu Soberano, como demonstrativamente fazemos ver na obra intitulada—*Parallelo do Governo Portuguez subsequeute as Revoluções de 1640, e de 1808, ultimo e perniciosissimo estratagem*a com que se appressaraõ, e augmentaraõ muito consideravelmente as desgraças dos Portuguezes.

Os Ingleses pois, residentes em Lisboa, com muita razaõ exigiram aquella declaração, ainda que summamente desairosa para o Governo Portuguez.

E que motivos conduziria o Governo Portuguez aos procedimentos d'aquella epoca de Setembro, de 1810? Nos vamos desenvolver este mysterio, que todo hé filho do systema anteriormente adoptado pelo dicto Governo, dirigido pelo Desembargador seu Secretario, que n'ele era o unico membro instruido da legislação, e que regulava tudo o que pertencia ás persecuções criminaes, e da sua chamada policia. Elle sabia que Lord Grenville na sessaõ do Parlamento de 25 de Fevereiro passado, dera por perdida a independencia de Portugal, e que entre outras cousas apontara para isto o Governo arbitrario que havia n'aquelle Reyno, votando em consequencia que se abandonasse aquelle empenho, em que tinha entrado a Grã-Bretanha, visto que não podia vencer-se, e que seriam inuteis todas as despesas, que se continuassem a fazer: moçaõ esta, que somente foi rejeitada por uma muito pequena maioridade. Sabia que os seus procedimentos arbitrarios estavam sendo accusados na Côrte do Brazil pelo Desembargador Vicente Joze Ferreira Cardozo, que tinha sido prezo em Lisboa em Março do corrente anno,

e mandado retirar para a ilha de São Miguel sem processo, sem sentença, e sem se declarar ao publico o motivo d'este façanhoso attentado, como elle Desembargador muito pedio e requereo, e havia tido a franqueza e a constancia de participar ao Governo de Lisboa, apezar de estar prezo em uma fortaleza, e debaixo do seu despotismo, que o hia accusar na presença do soberano pelo seu facto particular, e pelo Governo arbitrario geralmente practicado, que era a sua origem, para que elle tractasse de se defender, visto que o dicto Desembargador não era homem de fazer ás escondidas a guerra no Brazil a quem a não tivesse declarado em Lisboa. Elle sabia que o dicto Desembargador se apoiava tambem pára a Corte do Brazil n'aquelle voto de Lord Grenville, e no que se havia passado na sessão do Parlamento referido, porque assim constava das queixas remettidas para o Rio de Janeiro, que se fizeram ver em Lisboa ao Governo do Reyno pelo dicto Desembargador, ao tempo em que as remetteo.

O Desembargador Secretario do Governo de Lisboa, estando pendente esta contestação, vio entrar de novo no Conselho dous membros, que eram o Principal Souza, Irmao de um Ministro de Estado, justamente accreditado na Côrte do Brazil, e mais o enviado da Gram-Bretanha, e achou, que fazêllos figurar a elles ambos como primeiros agentes em um procedimento tão arbitrario como os antecedentes, e mais estrondoso, seria encontrar um escudo com que se salvasse para com S. A. R. O dicto Secretario do Governo, pois, fez se impedido; não foi ao Conselho do Governo nos quinze dias anteriores á erupção

d'aquelle vulcão, para inculcar no publico a falta da sua cooperação ao dicto respeito. Se o procedimento que se hia a ter, não fosse uma consequencia do seu anteriormente practicado systema, podia entender-se, que aquella evasiva era filha da sua desapprovação; mas quando se continuava a trilhar a estrada que elle tinha aberto, era absolutamente necessario achar uma outra razão porque elle a não queria seguir n'aquelle occasião. Nos dias seguintes ás prizoens anteriores á deportação, os rapazes e a plebe do Rocio de Lisboa deram vivas ao Principal Souza, como Salvador da Patria, em consequência d'aquelle facto. Todos sabem como estas acclamaçoens se conseguem, e como se compram até com pequeno preço; e não hé crível que o dicto Principal Souza as comprasse, porque nem o seu character era proprio disso, nem elle se havia de julgar honrado similhante suffragio. Quem pois fez romper aquellas vozes? Quem lhe queria imputar o odio d'aquelle procedimento, e que abusou da sua natural singeleza para o conduzir a elle mesmo imperceptivelmente. E quem tinha interesse de lhe imputar isto? havia obrado por aquelle modo há dous annos em Portugal, e sabia que por isto estava sendo accusado na Côte do Brazil: só a este he que era conveniente e necessario attribuir ao dicto principal, por meio das referidas acclamaçoens, o odio da dicta atrocidade, para ver se lucrava assim no Rio de Janeiro um poderoso defensor, para cubrir as outras, que se lhe estavam imputando.

Quiz tambem ver se achava outro apoio na Inglaterra, e com este destino mascarou a deportação com uma fragata Inglesa, para inculcar com aquelle auxilio, que a

Gram Bretanha era tambem co-operadora n'aquella expedição.

Mas dos Alliados que assim cuidadosamente se procuravam, ja vemos, que um protesta não ter entrado na Liga. Os Generaes e Ministro Inglez, exigindo a declaração feita n'esta Gazeta, mostram que não querem tomar parte no systema do Governo arbitrario adoptado em Portugal ; e se nos até agora tinhamos para corroborar na Corte do Brazil a nossa opiniaõ contra os procedimentos do Governo de Lisboa o respeitavel Nome de Lord Grenville, e dos outros illustres Inglezes que o seguirão na ja citada sessaõ do Parlamento, hoje vemos accrescentada a nossa alliança com Lord Wellington, e com o Ministro de sua Magestade Britannica residente em Lisboa, e com todos os mais Inglezes comprehendidos n'esta Gazeta, os quaes, forçando o Governo Portuguez para fazer a confissação que n'ella se acha, dão o mais authentico testemunho de desapprovarem o procedimento, em que não querem que se lhes attribua intervenção alguma.

Em quanto ao Alliado que se buscava na Côrte do Brazil, e que nos conhecemos muito melhor do que quem confiava no seu auxilio, uma vez que envolvesse no desgraçado systema do Despotismo practicado em Lisboa o nome de seu Irmaõ, a experiencia lhe mostrará, que não sendo possivel que homem do seu character se fizesse defensor de procedimentos arbitrarios, ainda sendo seu Irmaõ quem os praticasse, elle se hade declarar muito violentamente contra quem ás outras suas atrocidades, juntara esta de querer impor sobre o Principal Souza todo o odio

de uma façanha de tal natureza, que obrigou o pondonôr Inglez a requerer uma Nota Official, que lavasse todos os Vassallos da Gram Bretanha da infame opiniaõ de serem participantes n'ella; Nota, que se purifica a Honra Ingleza, demonstra a deshonor de quem se não pode igualmente lavar da sua imputaçãõ. E desta sorte o Desembargador Secretario do Governo de Lisboa, e este Governo que elle havia dirigido ha dous annos na marcha do mais desenfreado despotismo de que se pode fazer ideia, conhecerá, que esta ultima expedição da sua fallaz e mesquinha Politica, destinada agraingar-lhe Alliados na Gram Bretanha, e na Côrte do Brazil, que o cobrissem, e defendessem contra ás accusações por este motivo ja levadas aos Pes de S. A. R. se frustou inteiramente, e que, em vez de fortalecer o seu partido, deu novas armas ao outro, que lhe havia declarado aguerra.

OBSERV. 2a.

Esta hé uma nova impostura para fazer recahir sobre a Policia a imputaçãõ do procedimento, que foi todo dos Governadores do Reyno, e no qual elle não teve mais parte, do que a de executar o que se lhe decretou. Eis aqui outro Estandarte do triumpho dos perseguidos: ja nem o Governo do Reyno quer para si agloria d'aquella empreza, tractando de imputalla ás averiguações da Policia! ja não quer reconhecer o seu filho! taõ disforme e monstruozo o julga o proprio pay!

Mas que má fé e perversidade se não requer para tudo isto? Ma fe, porque se o Governo não tivesse por vergonhozo o que fez, havia de attribuir se assi aquella

gloria, e não abandonalla á Repartição da Policia. Cicero que reputava gloriosos os seus factos, relativos à Conju-
ração de Catilina, oh ! como se gloriava delles na 2.^a, 3.^a,
e 4.^a. Catilinarias ? Oh ! como em todo o resto da sua
vida metteo sempre aos olhos dos Romanos aquelle facto,
e sempre como propriamente seu ! Elle o fez com tal af-
finco, que tem sido censurado pela sua continua jactan-
cia ao dicto respeito. E não haviam de fazer outro tanto
os Governadores de Portugal, se se julgassem honrados
com a sua Septembrizaida ? Seguramente : reconhecem
pois, que obraram mal, quando a querem imputar a outro ;
e isto hé ma fé. Perversidade, porque nada hé tão in-
fame, nada hé tão capaz de mostrar a corrupção da moral
de um homem, como o vello impudentemente attribuindo
a outro a maldade de seus proprios factos.

Podemos attestar ao Universo, que o Intendente Geral da
Policia Lucas de Seabra da Silva se horrorizava de todos
os procedimentos arbitrarios do Governo de Lisboa ; e
que isto era tanto assim, que muitos d'elles se incumbiam
pelo Desembargador Secretario do Governo, ao Ajudante
da Policia, o Desembargador Jeronimo Francisco Lobo,
sem intervenção do outro Magistrado, de quem os queria
desviar. Este Desembargador Ajudante ja o tinha sido
do Intendente Geral da Policia Franceza, Mr. Lagarde :
e todo o Portugal infamou esta Repartição do Governo
estrangeiro, como a mais cruel e injusta : e o seu Aju-
dante n'ella, foi quem o Governo Portuguez aproveitou
para ser tão bem o favorecido instrumento da sua policia.
He isto, ou não um testemunho de que se queria em Lis-
boa uma policia arbitraria, como aquella imputada ao

Intendente Francez, que acabava de ter na sua escolla o Magistrado Portuguez de quem se lançou mão? Pois nós podemos segurar, que o discipulo sahio melhor do que o mestre; e que a policia da Intendencia Franceza, não póde nem comparar-se na illegalidade, e na crueldade, com a do subsequente Governo de Lisboa: foi muito mais legal, e muito mais humana incomparavel e incontes'avelmente: e quando nós atrevemos a annunciar isto na Côte do Brazil, promptos para o provar, offerecendo a nossa cabeça em penhor, se o não fizermos, mostramos certamente o capricho que termos de fallar sempre a verdade, porque não haviamos de querer adular n'ella o Intendente Francez, á quem nem procuramos, nem tractamos, nem adulamos estando em Lisboa, e governando elle a Portugal.*

OBSERV. 3ª.

Naõ há nenhuma impudencia maior do que esta! Um Governo prostituindo-se a mentir por este modo diante de milhares de pessoas que viram os seus factos, e que ouvem agora as suas palavras? Mas eis-aqui terceiro estandarte para o triumpho dos perseguidos. O Governo de Lisboa ja quer desfigurar o que fez, como se fosse possivel coonestar aquella Septembrizaida; que hade fazer um artigo memoravel e horrivel na Historia dos Canibais; um artigo que devem ler todos os futuros Portuguezes, para

* Naõ nos he claro que as injustiças, imputadas ao actual Intendente da Policia, entãõ Ajudante, Jeronimo Francisco Lobo; tenham, ou não, d'elle mais do que a execuçaõ da ordem do Governo, que executa. Devemos esta observaçaõ ao publico, por termos ouvido algumas cousas a seu favor.—*Nota do Editor.*

saber que os seus maiores tiveram uma epoca, em que Portuguezes, governando o Reyno no nome do seu Soberano auzente, e contra as suas mais expressas ordens, sequiosos das desgraças dos seus concidadaõs, executaram n'elles uma d'estas scenas horrorosas, que as Historias talvez exaggeradas da dominação Hespanhola lhe attribuem! Chorem entaõ esses vindouros Portuguezes sobre a infamia dos dictos Canibais, que governaram o seu paiz, até ver, se com as suas lagrimas de muitos seculos fazem apagar a memoria d'este acontecimento, e os nomes dos seus co-operadores, para que elles não fiquem horrorizando o solo Portuguez até á consumação do universo. Os seus spectros, em quanto vagarem sobre a Luzitania podem fazêlla inhabitavel!

Plinio, com a sua costumada elegancia, louvando a Trajano, descreveo nos capitulos 34, e seguintes, do seu panegyrico, uma expedição naval, em parte semelhante á esta do Governo Portuguez. Tinha somente esta differença, que o Imperador Romano fez prender, embarcar, e entregar á sempre dubia sorte das ondas, a multidão dos delatores que çujavam Roma; salvando assim d'esta peste da Republica os Cidadaõs honrados: e que o Governo Portuguez andou pagando, convidando, e fazendo delatores; e mesmo alguns dos seus membros se constituiram n'esta classe, para fazerem o parallelo do quadro de Trajano, prendendo, embarcando, e deportando Cidadaõs honestos, do mesmo modo que elle havia deportado os delatores. Os que Trajano defendeo, foram em Lisboa os perseguidos, os que aquelle Imperador fez deportar, foram os que

o Governo de Lisboa associou á si. Mais de dezasette seculos tem corrido desde o procedimento de Trajano, e elles não poderaõ apagar a sua gloria: quantos seraõ necessarios para extinguir a horrorosa memoria de quem quiz fazer o contraste d'aquelle sempre louvado facto de Trajano!

Nos pedimos, e esperamos que S. A. R. nos conceda licença para fazermos imprimir o dicto panegyrico de Trájano, com a sua traducção Portugueza, para o uso das escholas de Latinidade nos seus Reynos, referindo a expedição Lisbonense do mez de Septembro, de 1810, desde a sua origem até á final execução sem reflexoems algumas, e só a simples narraçãõ do facto, que queremos pôr em parallelo dos capitulos do dicto panegyrico acima referidos: e d'esta obra cento e cincoenta exemplares annualmente seraõ destribuidos de graça por nós, e por nossos herdeiros, nas escholas de gramatica de Lisboa, de Coimbra, e do Porto, pelo espaço de cem annos; para que a Septembrizaida Portugueza honre, e deshonne á quem merece ser com ella honrado e deshornado.

Não sabemos pois, que calumnias saõ estas da Gazeta Sol, que tanta impressãõ fizeram no Governo de Lisboa: mas sendo relativas ao facto, nada podia ser calumnia, porque não havendo cores com que se pintasse toda a sua torpeza, quem podia achallas para o calumniar? Se eram relativas aos authores do mesmo facto, querendo-se inculcar aos Inglezes residentes em Portugal, como participantes d'elle, entãõ n'este artigo era calumniosa a relação da Gazeta. Mas a calumnia não se deve attribuir ao

Gazeteiro, que considerando as apparencias de que o Governo de Lisboa o havia mascarado, tinha justificada razão para ver n'elle co-operação Ingleza. A calúnia foi do Governo de Lisboa, que teve a deslaldade de querer involver tão bem na infamia daquelle procedimento uma Nação a quem estava chamando Alliada e Protectora. Os Generaes e Ministro Inglez tanto reconheceram que a calúnia era do Governo de Lisboa, que á este hé aquem fizera desdizer, e não ao Autor da Gazeta do Sol. Era aos calumniadores, áquem a Ley Rhemia mandava gravar na testa com um ferro em braza aletra-K-em signal da sua maldade, para que fossem á primeira vista conhecidos; e foi ao Governo de Lisboa que os dictos Generaes e Ministro fizeram imprimir na sua frente aquella infame Letra; porque a declaração desta Gazeta he indubitavelmente o-K-do Governo de Lisboa.

Mas para vermos se a declaração do Governo exprime o facto por elle practicado, hé necessario referillo. Na noite de 10 para 11 de Septembro foram prezos em Lisboa para o Limoeiro trinta e oito pessoas de diversissimas classes, e familias; inteiramente desligadas umas das outras: Ecclesiasticas, e Seculares, e muitos destes Chefes das suas familias com mulher e filhos, e riquissimos patrimonios. Nessa mesma noite outras dez pessoas foram conduzidas para a Torre de São Juliaão da Barra. Havia n'esta multidaõ pessoas empregadas nos Tribunais do Reyno, e algumas com cartas do Conselho: havia outras pertencentes á familias da Grandeza de Portugal: outras do Corpo Militar com patertes ate de Coronel, e de Cap-

staõ de Mar e Guerra; Advogados da Caza da Supplicação, Negociantes, Clerigos, Membros dos Tribunaes Ecclesiasticos da Côrte, Parochos, Beneficiados, Frades de diversas Religiões, insignes Cyrurgiões, Pintores, até um Copeiro paralítico.

Todos elles foram prezos com grande apparato de Ministros e Militares da Policia, buscando-se-lhes os seus papeis, e apprehendendo-se todos aquelles que pareceo aos incumbidos da diligencia, que convinha conduzir á mão do Governo. Não era isto querer inculcar uma traição, ou conspiração que se tinha descoberto, e de que se indagavam os cumplices? Para fazer o que se diz na Gazeta era preciso esta infame trica de rever, sellar, e apprehender papeis? O Desembargador Vicente Jozé, que foi um dos conduzidos para a Torre de São Juliaõ, estava na Fortaleza de Santo Antonio da Barra, destinado para se transportar para á Ilha de São Miguel, tendo um Passaporte do Governo, e um Avizo á elle mesmo dirigido pela Intendencia Geral de Policia; declarando-lhe, que na dicta Ilha estaria em plena liberdade, esperando as Ordens de S. A. R. sobre a contenda em que entrara com o Governo de Lisboa; de que ao diante se dará melhor noticia. O Governador da Fortaleza tinha outro Avizo do Governo para deixar sahir o dicto Desembargador, logo que elle dissesse que se queria embarcar. Elle tinha fretado a Camara do Bergantim Principe, porque tinha pago cincoenta moedas á Alvaro Antonio Thomasini, Negociante da Praça de Lisboa, tendo sido feito o affretamento por intervenção de Constanstino Joaquim

de Mattos, outro Negociante conhecido da mesma Praça, e tendo-se promettido a sahida da Embarcação ate vinte de Agosto. Tinha o dicto Desembargador os baús da sua mobilia ja em Lisboa, e na Estalagem dos Caldas para serem embarcados. Hum seu creado que n'ella assistia foi prezo tambem para mostrar os baús; e um que estava cheio de papeis, foi conduzido para a Intendencia Geral da Policia, aonde ficava ainda no tempo em que sahio do Tejo a Fragata Amazona. Outro Ministro foi ábordo do mesmo Bergantim examinar se lá estava por acaso alguma mobilia ja embarcada, para taõ bem se examinar, e isto depois de se terem taõbem remechido os papeis que elle Desembargador tinha na Fortaleza de Santo Antonio aonde estava, apprehendendo-se-lhe os que escolheu o Ministro encarregado de o mudar de uma Fortaleza para outra Fortaleza.

Todo este apparatus era necessario, para fazer isso que unicamente se refere na Gazeta? Não estava elle ja para sahir do Reyno? Não o sabia o Governo, que ao dicto respeito tinha passado tantos Avizos e Passaportes? Não o sabia com tanta certeza, qué até mandou ao Bergantim fretado, examinar a parte da mobilia que ja lá julgava embarcada? Quem não vê que se queria impor, e illudir o publico, e que nada disto que se fez convem com a declaração da Gazeta?

Façamos porém a observação seguinte. Estas averiguações da Policia, que conduziram o Governo a julgar indispensavel ao sossego publico expatriar alguns Portuguezes, precederam ás prizões da noite de 10 para 11 de

Septembro, ou foram posteriores á ellas? Hé de crêr que as precedessem, porque entre ellas, e o embarque, mediou tão curto espaço de tempo, que não hé possível conceber que as prizões não fossem feitas já com o destino da quella expedição; de outra sorte não poderia estar prompta a Fragata para receber os prezos nos dias 15 e 16, e para deixar o Tejo no dia 18: e alem disto seria impossível, que prendendo-se perto de cincoenta pessoas, se achassem motivos nos papeis de todas para que a sua residencia em Lisboa parecesse perigoza ao sossego publico. Nenhum dos que foram prezos deixou de ser embarcado na Frata.

Sendo pois as dictas averiguações anteriores, e estando decretada a expatriação, quando se prendêram os deportados, a que fim se andaram mudando os que já estavam prezos, de umas Foralezas para outras? Não podiaõ ser conduzidos d'aquellas mesmas em que se achavam para a Fragata que os havia de transportar?

Mas supponhamos que aquellas averiguações foram consequencia das prizões. E que motivo houve para estas se fazerem? No primeiro caso não se poderá dar a razão das circumstancias com que se fez a diligencia, no segundo faltará a razão para as prizões. Epor isso em ambos elles será incoherente a declaração da Gazeta com aquillo que se fez. He isto o que succede aquem obrando inconsideradamente, e sem ter razão sufficiente para o que fez, não querendo reconhecer e confessar ao depois o seu desacêrto, pretende cohonestallo nos olhos do publico; as desculpas são forçadas e violentas, e quazi sempre em vez de cobri-

rem aquem se serve d'ellas, fazem mais ostensivel a deformidade que se queria disfarçar. São como os enfeites, que não se cazando bem com a velhice, em lugar de esconder as rugas, que se querem disfarçar, mostram que aquelles muitos annos levaram o verniz da mocidade, sem trazerem a madureza do juizo.

E attando outra vez o fio á negra historia da Septembrizada Lisbonense, todos os prezos foram conservados em segredos, privados de toda a communicação, não podendo fallar com pessoa alguma que não fossem os Carcereiros, ou quem fazia as suas vezes. No dia 14 de Setembro por noite se lhes participou, que se apromptassem para embarcar no dia 16 sobre a Fragata Amazona; concedendo-se-lhes o escreverem ás suas familias, para n'aquellas vinte e quatro horas lhes apromptar o que fosse necessario; sendo porem as cartas entregues, e revistas por Magistrados para este fim deputados. Nem aos condemnados para Africa por crimes provados, depois de se defenderem, e de embargarem primeira e segunda vez as suas sentenças, se lhes impôs a necessidade de abandonar a Patria, as familias, e as suas casas, com a crueldade de se lhes concederem apenas vinte e quatro horas, para dispôr o de que elles precisavam, e para dar as providencias necessarias ao que deixavam no Reyno! Eram entre tanto muitos dos prezos Chefes de familias, com riquissimos patrimonios, como o Conselheiro Jozé Sebastião de Saldanha, o Deputado da Junta do Commercio Jacome Raton, o Conselheiro e Vereador do Senado Jozé Diogo Mascarenhas Neto, o Desembargador Francisco Duarte

Coelho, o Chêfe da Legião do Rocio Jozé Aleixo Falcaõ Van Zeller, o Juiz do Terreiro Manoel Alvez do Rio, e outros.

Os prezos recolhidos nos segredos do Limoeiro foram conduzidos na noite de 15 para 16 para bordo da Fragata; e seiscentos Soldados da Policia entre Infantaria e Cavalaria se empregaram na sua apparatusa guarda, pelo meio da alta noite.

Os dez que haviam ficado na Torre de São Juliaõ tiveram ainda mais vistozo acompanhamento. No dia 16, que era Domingo, cousa de cem soldados com as armas carregadas, se formaram em duas fileiras na praça da Fortaleza, e sahindo os prezos dos segredos em que estavam, foram mandados pôr perfilados uns depois dos outros, entre as duas alas de Soldados; e caminharam assim batendo o tambor na frente, até se embarcarem no Caiz da Fortaleza, a vista de innumeravel povo, que menos barbaço que o Governo de Lisboa se cobria de lagrimas. Estes dez prezos eraõ Sebastiaõ Jozé de Sampaio, filho do Conde de Sampaio, Jozé Sebastiaõ de Saldanha, filho do Conde de Rio Maior, os Deputados da Junta de Commercio Jacome Raton, e o Commendador Domingos Vandelli (de oitenta e dous annos de idade) Lente jubilado da 1.^a Cadeira de Filozofia da Universidade de Coimbra, o Conselheiro Vereador do Senado Jozé Diogo Mascarenhas Neto, os Desembargadores da Caza da Supplicação Francisco Duarte Coelho, e Vicente Jozé Ferreira Cardoso, o Capitaõ Engenheiro Joze Carlos de Figueiredo, e dous Conegos Regrantes da Congregaçaõ de Santo Agostinho.

Entraram todos em um Falúa com toda a dicta numeroza Tropa, para virem recolher-se á Fragata Amazona, que estava defronte da Cordearia : mais ; a navegação foi dirigida de maneira, que a Falúa foi primeiro ter defronte do Terreiro do Paço, para tornar a voltar para baixo pelo lado de Lisboa, terra a terra, a fim de se fazer ver á população da Cidade aquelle espectáculo, e ella se regalar de lhes chamar traidores e Jacobinos.

Presidio a esta expedição o Juiz de Fora de Oeiras, Silverio Jozé Nunes Collares, digno comparça desta peça, por ser a estupidez e a ignorancia personalisada ; não sabendo proferir despacho algum sem ser guiado ou pello seu Assessor, ou pelo seu Escrivão Manoel Freire de Faria.

A bordo havia ordem para que os prezos não fallassem com pessoa alguma, sem ser á vista de um official, o qual havia taõbem de vêr as cartas que se quizessem escrever, pedindo alguma cousa de que elles precisassem para a viagem. Conservou-se porem em mysterio, e em segredo, qual era o destino d'ella ; e até houve esta raridade, de que só poderaõ dar o motivo os insignes directores da expedição : sendo-nõs só permittido observar, que á todos se deo ordem para se prepararem, mas que não se lhes dizendo para aonde haviam de navegar, ninguém podia saber que preparo lhe era necessario.

A fragata partio do Tejo, no dia 18, e seguiu muito boa viagem. Os elementos não eram sujeitos ao Governo de Lisboa, porque se o fossem, elle escolheria sem duvida algum do lote do Juiz de Fora de Oeiras, para dirigirem a expedição no oceano, como elle a dirigio no Tejo. Os

ventos e as ondas declararam-se pelos prezos, ou quem lhe regula os movimentos fez com que elles fossem os mais favoraveis á navegação. A fragata era commandada pelo Chefe de Esquadra, Matheus Pereira de Campos, cujo nome devemos aqui lembrar, para dizermos, que elle chorou com os prezos, lamentou a sua sorte, e não poupou nem os seus pessoases incommodos para aliviar a sua condição. Nos amaremos e louvaremos sempre as suas virtudes. A maior parte da officialidade, e os dous cappellães da fragata, seguiram os exemplos do seu chefe.

Vio-se a ilha Terceira no dia 26, e no dia 27 desembarcaram os prezos. Soldados os foram conduzir, e cuidadosamente recolher em diversas prizoens, no Castello, Aljube, Cadeia, e Conventos da Cidade de Angra. Ao Desembargador Vicente Joze Ferreira, e mais a Sebastião Jozé de Sampaio, foi decretado serem sepultados em um carcere no Convento de São Francisco; e conseguindo o segundo, por instancias do commandante da fragata (para que elle lhe fosse restituído) o ser transportado para Inglaterra, continuaram os preparos do carcere para o dicto Desembargador, á custa da real fazenda; mas pouco a pouco se foi desvanecendo esta ideia, apesar d'elle Desembargador protestar, que lhe era indifferente estar em carcere ou fora d'elle, porque em quanto S. A. R. lhe não fizesse a justiça que elle merece, e que o mesmo Senhor lhe hade fazer, toda a situação que se lhe der será para elle igual. Ficou pois conservado, com mais dous, na livraria do mesmo Convento. A todos se pozeram sentinellas, e foram declarados incommunicaveis, de maneira

que ninguém se atreveo a procurallos. As cartas que escreviam, igualmente as que se lhe dirigiam, haviam de passar pella mão do Governador Capitão General, para serem examinadas; e não quiz elle Desembargador Vincente Joze, exceptuar d'esta regra nem as que escreveo para os Ministros e Conselheiros d'Estado de S. A. R. na Corte do Brazil. Elle quiz um Amanuense para trasladar uma obra que havia de ser remettida para os Pes de S. A. R., e por mão do mesmo Governador e Capitão General, obra annunciada e promettida nas cartas referidas: mandou perguntar ao dicto Governador e Capitão General se podia servir-se de um amanuense que se lhe offerencia, porque não queria fazer cousa alguma que lhe não fosse permittido: e mesmo esta licença se lhe denegou.

Quem pode duvidar que o dicto Governador e Capitão General, se havia de dirigir para tudo isto pelos officios do Governo de Lisboa, que haviam de acompanhar os prezos, accrescentando para o illudir, o apparato da condução, e as vozes espalhadas em Lisboa, que agora na Gazêta se desmentem, porem tarde, e a mas horas; das quaes hé provavel que o mesmo Governador fosse instruido, por algum official da fragata com que fallasse?

Combine-se agora todo este procedimento com o que refere a Gazêta. Veja-se, se isto hé uma simples, e interina remoção de Portugal por causa do sossego publico, como quer figurar agora o ja corrido e envergonhado Governo de Lisboa, pela impressão que a sua Septembri-zaida fez na Gram-Bretanha? O que se refere hé o que

elle fez ; da Gazêta consta o que elle diz : e considere-se, se elle á infamia do procedimento não ajuncta a outra torpeza de o querer desfigurar, e negar, ousando para isso levantar impudentemente a impostôra voz, diante de milhares de testemunhas que presenciaram os seus factos ?

Mas ainda com todos os seus paliativos, nos veremos logo por meio de uma miuda analyse das suas mesmas palavras, que ainda sendo somente o que elle diz, hé uma expedição digna de Caligula e mais de Nero. Cumprê-nos porem primeiro dizer alguma cousa, sobre a consideração moral dos prezos. Elles podem reduzir-se a tres classes. A 1.^a de pessoas ja accusadas, sentenciadas, e julgadas innocentes. A 2.^a de pessoas prezas e conservadas em segredos, e em prizoens, por muitos mezes, e sem se lhes fazerem processos para serem castigadas ou declaradas innocentes, como ellas constante, e sempre inutilmente requereram. A 3.^a de pessoas que passaram da liberdade em que estavam no dia 10 de Septembro, para a deportação do dia 18 do mesmo mez.

Da primeira classe hé por exemplo, Dionysio Jozé Rocha, o qual sendo prezo, em consequencia da pronuncia feita pelo ja lembrado Desembargador, que havia sido Ajudante da Intendencia da Policia Franceza, foi mandado sentenciar na Casa da Supplicação, por avizo do Governo, datado de 27 de Maio, de 1809. Julgou-se n'aquelle Tribunal por Accordaõ, que não havia provas que o culpassem, ainda sem recorrer á defeza com que pertendia justificar-se ; e foi absolvido consequentemente, e mandado soltar, por sentença de 20 de Julho do mesmo

anno : cuja sentença subio á presenca do Governo, para vêr se se havia de executar ; e elle a mandou cumprir, por avizo de 7 de Agosto do mesmo anno, conseguindo ser solto no dia 8. Mas para que o foi ? para no dia 11 de Septembro seguinte ser mandado prender por outro avizo, e recolhido á torre de Bellem, com inteira privação até de se communicar com a sua propria familia. No dia 14 de Dezembro seguinte um avizo lhe concedeo a faculdade de poder escrever a sua mulher. No dia 30 de Janeiro, de 1810, outro avizo ampliou a licença para se communicar com a sua familia. No dia 13 de Março, outro avizo lhe foi intimado para se transportar para uma das ilhas dos Açores. Em 2 de Junho, outro avizo se lhe intima para ir viver em Navogilde, suburbio da Cidade do Porto ; e que estando prompto o participasse, para se lhe dar passaporte, e ser solto das cadeias do castello, para aonde havia sido mandado no dia 19 de Março. No dia 14 de Septembro, hé mettido em um segredo no castello, e no dia 15 conduzido entre uma escolta para o Limoerio, donde foi removido para a fragata, com os outros que acima referimos.

Quazi que os mesmos passos seguiu o capitão de mar e guerra Felipe Alberto Petroni, tão bem julgado sem culpas, por Accordaõ da Casa da Supplicação, de 26 de Agosto, de 1809, que o Governo mandou cumprir, sendo solto no dia 29 do mesmo mez, para ser outra vez prezo por avizo no dia 11 do mez seguinte. E tiveram a mesma sorte outros mais dos que viêram para a ilha Terceira.

Eis-aquí como o Governo de Lisboa tracta os que saõ

julgados innocentes nos Tribunaes de Justiça, em que elle
 mesmo os mandou sentenciar? e não podemos deixar de
 fazer as reflexoens seguintes. A 1.^a hé fundada na sen-
 tença de Cicero, na Verrina 5.^a.—*Perditæ civitates des-*
peratis omnibus rebus, hos sôlent exitus exitiales habere
—ut res judiciales rescindantur; quæ cum accidunt, nemo
*est, qui non intelligat ruere illam rempublicam.**—Não
 fazer caso das sentenças, e calcar assim arbitrariamente a
 Justiça; fazer desprezíveis os Magistrados e Tribunaes
 que julgam, e mais as leys que os dirigem nas suas deci-
 zoens, quando isto aconteçe, ninguem pode deixar de co-
 nhecer, que essa republica está expirando. O Governo
 Portuguez o queria inculcar certamente, quando fazia vêr
 esta característica nota da dissolução dos estados: elle era
 mais do que todas as leys, mais do que o Principe Regente
 nosso Senhor, que nunca havia obrado por similhante
 modo; e que lhe mandava constantemente guardar as suas
 leys; fazendo sentenciar os culpados pelos Juizes, como
 expressamente lhe ordena a carta Regia de 30 de Agosto,
 de 1809. Mas o Governo estava em uma perfeita rebelião
 contra ás ordens do mesmo Senhor. Os tropicos de per-
 meio, e junctamente a sua ousadia, quasi que faziam im-
 possível todo o remedio.

Mandar cumprir as sentenças para se soltarem legal-
 mente os accusados, e poucos dias depois fazêllos ou-
 travez arbitrariamente prender! Não era então melhor
 sepultar as sentenças no esquecimento, e ser injusto sem o

* Cap. 6.

requinte de ostentar a iniquidade? Mas o Desembargador Secretario do Governo não cuidava em outra cousa que não fosse figurar de que era Secretario de Estado, e parecia-lhe para este fim necessario desfazer com os seus Avizos o que as Leys e o Soberano mandavam sustentar. Quem tem a ostentação do seu poder por primeiro movel das suas acções, hade fazer muitas vezes o que não pode.

E que vontade tão inconstante! Que successiva cadeia de decisões, tiradas como por um alambique gôta a gôta! Quando as leys governam, e a Justiça, como esta hé sempre constante, e sempre a mesma, não mudam de dia em dia as suas vozes: e só quando a vontade do Despotismo sempre volúvel faz calar as Leys e a Justiça, hé que se podem vêr resoluções legaes, nascidas em um dia para morrerm no seguinte.

A 2ª. reflexão hé: que baixa e inconsequente ideia não estava dando de si um Governo, quando se reduzia àquelles pequenos detalhes, ao mesmo tempo que sustentava o exercicio da Soberania? Sustendendo a heroica figura do Soberano, com a imposição dos tributos, com o uso do Poder Legislativo, &c., &c., e representando igualmente a burlesca parte de um Juizo subalterno da menor consideração? O Principe, permittindo immediatamente por meio de Resoluções e de Avizos no seu Nome, em um dia escrever á mulher, no outro dia fallar á familia, e isto sem ser relativamente ao Duque de Cadaval, ou áquem se parecesse com elle? Não houve ja mais uma Soberania tão comicamente representada: em nenhuma Peça foi menos sustentada a unidade do cha-

racter dos que a representavam. Mas tal era a sede da dependencia que tinha o Governo, principalmente o Desembargador Secretario, ou tal era o mesquinho habito da sua vida, que não queria perder nem o governo d'aquellas alfaces, que ja um Prelado Mendicante acharia inferior á sua Dignidade.

A 3.^a reflexão hé: que esperanza podia haver em Portugal, de que se tomassem as medidas grandes e convenientes para a sua salvação nas importantes e e difficeis circumstancias em que elle estava, quando o seu Governo, reduzido ao estreito recinto de governar sobre taes átomos, mostrava por isso mesmo a pequenhêz do seu genio, e a sua incapacidade para dirigir as cousas que são proprias da Publica Administração em grande* que era o que unicamente lhe convinha; e o que lhe daria emprego à todo o seu tempo, se elle se soubesse empregar n'ellas!

A 3.^a classe dos prezos era de Portuguezes, que o Governo tinha feito prender, sem que nunca os quizesse processar, como elles pediram, e requereram, para serem castigados se o mereciam, ou se declararem innocentes, se era a sua condição.

Havia n'esta classe uns quatorze, que tendo sido prezos no dia de Quinta Feira de Endoenças de 1809, e conduzidos para os Carceres da Inquisição, de que a Intendencia da Policia Franceza tinha feito a sua bastilha, e que passaram com o mesmo exercicio para a Policia Por-

* Vêz-se Bielfeldt, Inst. Polit. Tom. 2 Cap 1.^o §. 20.

tugueza, ali se conservaram quatro mezes em segredos, e incommunicaveis, sem que algum Ministro lhes apparecesse para os interrogar. Quem poderia imaginar que prizões feitas em um tão respeitavel dia para o Gremio da Religião Catholica Romana, não haviaão de exigir promptissimos interrogatorios? O dia em que se fizéram as prizões, inculcando a necessidade d'aquella promptissima providencia, a fim de que ella na publica opiniaão conseguisse um grande vulto! E o esquecimento nas masmórras, demonstrando o pouco cuidado que ao Governo merecia aquelle caso, que o conduzio á tão estrondoso facto! Mas o que se queria era somente enganar o Publico. No fim dos dictos quatro mezes elles foram perguntados pelo ja descripto Desembargador Ajudante da Policia, sobre diversos detalhes Maconicos, e ficaram outra vez sepultados nos mesmos incommunicaveis segredos por outras prizões, ou em Fortalezas, ou em Conyentos, ou em Villas com homenagem que pouco apouco se foi estendendo, e com toda a liberdade de se communicarem de palavra e por escripto com quem lhes parecia. O Desembargador Secretario, dirigido pelo appetite de representar a Magestade, lembrava muitas vezes aos que lhe requeriam contra este procedimento, que o Senhor Rey Dom Jozé tinha conservado muitos Portuguezes prêzos sem dar satisfacções, e que ellas mesmo se não dayamnunça sobre prizões de Estado: como se elle fosse o mesmo que o Senhor Rey Dom Jozé, e como se um Governo subalterno igual ao de Lisboa podesse ter prizões de Estado? O uso d'ellas tem sido tão perigoso, mesmo debaixo dos

olhos do Soberano, pelo abuso dos Ministros que despacham no seu Nome, que não era de esperar ver-se praticado por Vassallos, que governavam estando duas mil leguas distantes d'elle.

Havia na mesma classe, o Desembargador Francisco Duarte Coelho, que sendo prezo para a Torre de Bellem, foi d'ella solto, e mandado ir para dez legoas fora de Lisboa, por Decreto de 27 de Janeiro de 1809, *para fazer cessar o geral escandalo, ate se mandar punir as suas culpas conforme o seu merecimento*: termos vagos da eschola do Desembargador Secretario do Governo, que não dizem nada, e que podem dizer tudo quanto elle quizer. Mas nunca chegou esse promettido tempo de se castigarem as taes ignoradas culpas, a pezar do illusorio ameaça do Decreto: elle era somente para infamar o deportado, e para enganar o povo. Mas o Desembargador, victima d'este procedimento, requereo na Corte do Brazil, que quera ser julgado e sentenciado: e o Principe Regente Nosso Senhor assim o mandou por um Avizo, que chegou a ser remettido para a Casa da Supplicação no mez de Agosto de 1810. Era chegado o momento de se desmascarar a impostura á respeito deste perseguido; porem, que execução foi dada ás Ordens do legitimo Soberano de Portugal? Fazêllo prender no mez de Setembro seguinte, e remettêllo para a Ilha Terceira: e podemos segurar que a mão nos trême, quando escrevemos taõ escandaloso procedimento, a pezar de termos visto o Governo de Lisboa mettendo a bulha constantemente as Determinações de S. A. R.. Taõ extraordinario pela sua

ousadia nos parece este facto? Concorriam n'elle as circumstancias particulares de uma ordem especialissima, apresentada na Casa da Supplicação, poucos dias antes, e pizada por este modo, como para dizer, de proposito, e por acinte aos vassallos de Portugal—*Escusam de querer para a America, porque nós sempre havemos de fazer o que quizermos.*—Para que se mandou o aviso ao tribunal, se se não havia de executar? Não era muito melhor ignorar-se, que S. A. R. o tinha mandado, do que fazêllo ver, para se mostrar depois que em Portugal se não fazia caso das suas immediatas resoluções? Mas se não fosse ao tribunal, não serviria para o fim atterrador dos vassallos, a que este exemplo se queria destinar.

Elle para nós será totalmente inutil; o Governo de Lisboa com todo o seu poder e tyrannia, e nem com todo o apparato d'estes exemplos nos pode fazer pavor. Taõ bem entrámos n'esta 2.^a classe dos deportados. Uma carta innocentissima que o Conde da Ega nos escrevia de Paris, uma carta que não tinha mais que noticias da saude dos fidalgos Portuguezes, que estavam em França; uma carta que provava que elle não tinha communicação alguma com Portugal, porque disso se queixava mesmo n'ella, uma carta que nós não recebemos, porque foi ter primeiramente ás maos do Governo: uma carta que trazia a characteristic nota de nenhuma clandestinidade, porque dando as dictas noticias dos fidalgos Portuguezes, accrescentava—*Aqui tem V. S. um riquissimo presente com que pode brindar n'essa terra á muita gente*—como quem nos

inculcava o usar d'ella para a mostrar ás muitas familias da Corte Portugueza, a quem interessavam as noticias que se communicavam: uma carta d'estas foi todo o nosso crime. Fomos prezos no outro recommendavel e religioso dia de Quarta Feira de Cinza de 1810, apprehendidos todos os nossos papeis, recolhidos n'um segredo das sobredictas prizoens da Inquisição, interrogados pelo ja lembrado Ajudante da Intendencia Franceza: elle interrogando a outro Magistrado, que deixou os seus lugares logo que a Soberania foi exercitada em Portugal, em nome do Imperador dos Francezes? Interrogando á este como quem o queria fazer suspeitozo de adherencia ao Governo a quem não servio, e de quem não recebeo ordenados? Pouco depois dos interrogatorios fomos mudados para a fortaleza de Sancto Antonio da Barra, com homenagem e liberdade de fallar, e de escrever a quem quizessemos. Um aviso se nos intimou logo depois, para que fossemos para a illia de São Miguel. Apresentamos entao ao Governo uma memoria, com poderosissimos motivos que exigiam o nosso processo, ou pelo menos a publicidade da nossa causa, contendando-nos com uma certidão da carta do Conde da Ega, sobre que fomos interrogados, comprehendendo os interrogatorios que se nós fizeram, e as nossas respostas.

Nada disto se nos concedeo; e nos sabendo que o Desembargador Secretario do Governo, por quem corriam todos os negocios, e tao bem os nossos requerimentos, era a nossa parte, por uma collisam em que haviamos entrado

há annos, por motivo do serviço de S. A. R., collição tanto ao mesmo Senhor conhecida, que nos fez a distinctissima graça de nos mandar tranquilizar por um aviso, expedido no seu real nome, e assignado pelo seu Ministro Secretario da Fazenda e Presidente do Real Erario, contra as cabalas que temiamos da parte do dicto Desembargador: sem nôs assustarmos com a sua prepotencia, orgulho, e ferocidade, representamos ao Governo de Lisboa, que elle era a nossa parte: que elle tinha feito um decreto em 20 de Março, de 1809,* determinando que os suspeitos de correspondencias com os inimigos seriam processados e castigados logo, como era necessario, para o exemplo, que requerendo o Governo de Lisboa á S. A. R. o conceder-lhe a faculdade de impôr penas, para têr mesmo o gosto de castigar por si a quem quizesse,† o mesmo Senhor lhe denegara similhante poder, ordenando que fizesse julgar os Reos por Magistrados e Juizes: e que requeriamos a execução d'estas leys. Os indiciados de crimes, brigando com o Governo para serem sentenciados, e castigados, e brigando inutilmente! *Ubinum gentium sumus!* Porem tudo foi baldado: mysterio e segredo; trevas sobre trevas, eram as armas com que se respondia á justiça, e mais és leys; e as sombras não são procuradas se não porquem ama ou os erros, ou os crimes. Nem mesmo conseguimos que nos nossos requerimentos se po-

* Correio Brazil, n. 11, p. 293.

† Carta Regia de 30 de Agosto, de 1809.

sesse—*indiferido*—como finalmente supplicamos, a fim de nos queixar juncto da Corte do Brazil. O Governo de Lisboa não queria recursos para o Principe; mas nós levados ao ultimo extremo, lhe fizemos saber, que o hiamos accusar na presença do Principe Regente nosso Senhor, pelo desprezo das suas Reaes ordens; pelo despotismo com que governava Portugal; pelos males que este systema fazia á causa da independencia da nação; pela mancha que queria pôr na nossa reputação com as suas ardilozas e cobertas manciras de proceder: e que haviamos de empregar toda a nossa vehemencia, para que na Real presença fosse manifesta a nossa innocencia, e a injustiça de quem nos perseguia.

Quando se toma alguma resolução d'estas, fazendo-se ver ao Governo de Lisboa os mais violentos papeis accusatorios para a Corte do Brazil, estando-se prezo em uma Fortaleza, e debaixo da sua tyrannia, da-se ao mesmo tempo ao Universo o testemunho da mais tranquilla consciencia, e do mais seguro animo: não se receiam nemhumas imputações, não se tem medo de cousa alguma que não sejam crimes, ou que não seja o Soberano, áquem Direitos Sacratissimos, mas que são privativamente seus, unicamente authorisam para nos fazer callar, quando por nossa bôca falla a Justiça Divina e mais a Humana: em quanto o seu Real Preceito nós não obrigar a soffrer em silencio as tyrannias dos seus delegados, tão injustas para nós, como ousadas para com o Mesmo Senhor, havemos de pedir Justiça na Europa, e mais na America. O Go-

verno obra com desprezo das Leys o Ordens do Soberano ; procede pois de facto, e como particular : e quando assim infama e injuria, pode ser chamado a responder perante os Tribunaes que lhe são superiores, ou que forem deputados para isto. Algum dia ha de vir, em que possamos achar estes Tribunaes, e o Governo de Lisboa verá então como se pode defender das acções que havemos de propor, para a reparação da nossa fama, e da injuria que nos fez, e de todas as suas consequencias. Elle pode estar certo que debaixo de qualquer Governo, em que se queira accõlher, ainda quando se subterfuja a estar debaixo do Poder de S. A. R., ahi mesmo nos hade achar com sigio, para sustentar o nosso duéllo. Somos demasiadamente obrigados ao Principe Regente Nosso Senhor, para soffrer que alguém nos queira manchar de deslealdade para com a sua Real Pessoa, sem que haja de brigar com nosco em publico. E não dissemos que à isso nos conduz tão bem uma igualmente demasiada gratidão ao Mesmo Senhor, porque não pode haver demasia n'esta parte.

Vérres taõbem na Sicilia era o que hoje hé em Lisboa este Governo ; e assim mesmo chegou um dia em que pode ser accusado : e nos esperamos ser tão bem o Cicero d'estes Verres ; e se com muito menos eloquencia e saberia do que aquelle accusador, muito mais ricos na materia das accusações do que elle fôra.

E quem pode deixar de vêr, a respeito d'esta segunda classe de deportados, que elles são umas victimas da tyrannia do Governo de Lisboa ? Cidadãos, que pedem a execução das Leys, e o rigoroso cumprimento das Ordens

do seu Principe, que requerem ser accusados, condemnados, e punidos se o merecerem? não basta isto para se conhecer qual dos partidos era sustentado pela Justiça, se o que pede, se o que não defere? Se o que deseja a Luz, se o que procura as trevas? Epelo que nós pertence, nós exasperando os Tigres para termos de nos defender não só de feras, mas de feras raivozas e assanhadas, não faziamos vêr que estavamos escudados com a mais clara justiça, e com a mais pura innocencia? Os Tigres feridos, recusando-se abrigar, não mostravam que era tal a força d'aquellas duas Virtudes que nos amparavam, que atelhes fazia quebrar a sua natural ferocidade?

Em quanto aos deportados da 3^a. classe, nada mais podemos dizer, senão, que viviam tranquilllos no meio das suas familias; e que foram surprehendidos pelo Governo, a fim de serem conduzidos ás prizoens de Lisboa, e d'ellas transferidos para outras da ilha terceira. Não podemos porem aqui deixar de accrescentar, que uma victima havia mais destinada para entrar n'esta 3^a. classe, e era Antonio Coutinho de Souza, empregado com a patente de capitão no exercito que defendia Portugal contra os seus inimigos. Elle era mandado arrancar do exercito para ser prezo e infamado como os outros: mas a Providencia tinha disposto, que este proscripto nas listas do Governo ao tempo que se hia executar a ordem, houvesse perecido no campo da honra, dando o seu sangue, e mais a sua vida por essa patria, governada por tyrannos, que o queriam deshorrar? Taes são os que o Governo de Lisboa pretende declarar vendidos ao inimigo, ou suspeitosos á Portugal! E não

hade elle ver n'este successo a Divina Justiça, armada ja para o envergonhar, a fim deque antes de chegar o momento do seu castigo elle tenha o outro de vêr taõ approvada a sua tyrannia?

A todos em geral se imputava o mesmo crime: um crime arbitrario, indeterminado e vago:—*São adherentes, são oppaixonados dos Francezes*;—era este o pretexto da crueldade Lisbonense; assim como para as de Verres na Sicilia, tinha servido o outro irmão germano—*São soldados de Sertorio, e fugitivos de Dianio—at quæ causa tum subjiciebatur ab ipso tam nefariæ crudelitatis. Quicumque accesserant ad Siciliam, paulo pleniores, eos sertorianos esse milites, atque á Dianio fugere dicebat—Ipsos in Latumias abduci imperabat.**—Tanto se assemelham os Vérres de todas as nações, de todas as idades, que não contentes de serem igualmente crueis, buscam taõ bem sempre os mesmos motivos!

Mas não percamos de vista a analyse da Gazeta. Temos visto que ella, considerada historicamente, hé um documento impostor, destinado a cobrir com o nome de removimento interino um procedimento taõ atroz, que o Governo de Lisboa, apezar de toda a sua incommensuravel immoralidade ja tracta de desfigurar. Elle foi tal, qual nós descrevemos: e todos os que o presenciaram, se persuadiram de que era a execuçaõ da mais rigorosa justiça, contra pessoas que estavam envolvidas em uma conjuraçaõ descoberta contra a patria. Se o Governo por aquelle

* Cic. Act. 2ª. in verr. lib. 5. cap. 45.

facto, queria dizer somente isto que elle exprime agora, deve confessar, que as suas expressoens saõ inintelligiveis para todos os outros homens, porque ninguem entendeo isso, que elle diz ter querido indicar : e deveria ficar sabendo o universo, que se o dicto Governo tem uma moral, uma politica, e uma jurisprudencia propriamente sua, e alheia de todas as outras gentes, taõ bem se formou uma linguagem particular que ninguem sabe entender. Desgracado Governo, pôsto na necessidade de separar-se de todas as gentes, pelos mesmos motivos que fizeram a dispersaõ dos operarios da torre de Babel ? Fallando uma linguagem imperceptivel á todos os homens ?

Antes porem de considerarmos a moral, a politica, e a jurisprudencia peculiar do Governo de Lisboa, de que esta Gazeta em quatro linhas apresenta um luminosissimo esbôço, cumpre sempre observar sobre a obscuridade da linguagem, em 1º. lugar, que no dia 19 de Setembro, subsequente áquelle em que os prezos sahiram do Tejo, se fez divulgar em Lisboa um Folheto impresso, e distribuido gratuitamente, com o titulo—um Portuguez segunda vez aos Portuguezes—para n'elle se louvar o Governo como *sizudo, activo, vigilante, que da premios e castigos promptos* : para n'esta ultima clausula todos o entenderem relativo á deportaçã antecedente, como entenderam : e a que fim divulgar ou consentir que se divulgassem semelhantes periodicos, se a dicta Septembrizaida não era para castigar ?

Cumpré observar em 2º. lugar, que o Governo no dia 2 de Outubro, escrevia o aviso do theor seguinte, sobre

um dos prezos da sua Septembrizaida, e que pertencia aos da 3.^a classe.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor—O Principe Regente nosso Senhor manda conservar a Manoel Alvez do Rio, Juiz do Terreiro Publico de Lisboa, que ultimamente se remetteo prezo para uma das ilhas dos Açores, o seu ordenado, que lhe competia, em quanto não mandar o contrario; e por sua sentença não for d'elle privado; e que o possa receber por seu bastante procurador: o que participo a V. Ex.^a. para assim o fazer executar. Deus guarde a V. Ex.^a. Lisboa, 2 de Outubro, de 1810 —Conde de Redondo—Senhor Conde de Peniche.

Avista das palavras—*que ultimamente se remetteo prézo para uma das ilhas dos Açores—e por sua sentença não for d'elle privado*—(que são da Cabalistica e Sybilina escola do Desembargador Secretario do Governo, ainda que o papel não traga a sua assignatura) a vista d'estas palavras, quem podia entender que não se tractava de deportados por um crime, de que se esperavam sentenças, e de um crime que podia privar do seu emprego aquelle de que se fallava no mesmo avizo? Mas ah! n'este mesmo dia em que se escrevia o avizo referido, hé que o *sol* começava a luzir na Gram Bretanha, seus raios não podiam ter ainda chegado ate o Tejo; e por isso o nebuloso Governo de Lisboa continuava a envolver em trevas o seu caso, e mais o povo! E quando a luz appareceo, não pode deixar de conhecer-se por meio d'este avizo, quanto

há certo cahir de precipicio, em precipicio, quem ama sobre tudo caminhar por entre sombras.*

Mas que nova moral nos não ensina esta Gazeta? o Governo de Lisboa queria fazer somente um removimento interino de individuos, cuja existencia em Portugal era perigosa ao sossego publico. Entre tanto fez consternar a muitas familias ligadas com os prezos, justamente assustadas pelo aparato dos procedimentos? As mulheres que se viam desamparadas dos seus maridos, os pays e as mães que choravam a desgraçada sorte dos filhos, que o Governo lhe representava como traidores: os filhos e as filhas, que na orf ndade paterna, em tempos tão calamitosos, esperavam o cumulo de todas as desgraças: os irmãos, que ainda conheciam o amor fraterno, e que não eram como o Bispo do Porto, cubicosos de v r com a maior injustiça infamado o seu proprio sangue; os parentes, os amigos, as gentes de probidade, de cujos cora oes o peior dos Governos ainda não tinha podido arrancar com o seu exemplo todos os sentimentos de virtude: os mesmos prezos, que se tinham o testemunho das suas innocentes consciencias, conheciam, e grande parte d'elles ja por propria experiencia, a illimitada immoralidade dos que exercitam na sua patria a publica authoridade, todos choravam: nos eramos talvez o unico, que olhava com todo o desprezo para procedimentos, que para serem despreziveis aos nossos olhos, bastavam as mãos de que partiam: e convidamos os nossos socios no trabalho, todos os officiaes

* Veja-se o Corr. Brazil, n. 10, pag. 200.

da fragata que nos conduzio, todos os que nós tractaram em Angra, para que digam elles se nos não viram sempre como se estivessemos em um triumpho; se mostramos o menor pavor quando ouviamos bater os ferros, com que se preparava particularmente para nós um carcere no Convento de São Francisco, d'esta Cidade: nos sabiamos que as victimas da tyrannia são os irmãos dos Socrates, e dos Senecas, e somente os crimes são capazes de nos fazer medo. Isto não hé querernos comparar com elles, prouvera a Deos que o podessemos fazer! Hé so lembrar as respeitaveis imagens que tinhamos diante dos olhos para nos dar força. Mas todos os mais choravam: tantas lagrimas, tantos suspiros extrahidos dos mais justamente afflictos corações, extrahidos unicamente pela barbaridade dos Governadores do Reyno, e para fartarem o seu antropophago appetite, que sensibilidade produziram ellas em monstros que ja não pertenciam á especie humana? Elles as fizeram correr, e se cevavam na ferina consolação de verem que os erros do povo ignorante aguçavam os punhais aggravadores das feridas que elles tinham aberto—entregaram Almeida; queriam entregar a *Patria*; eram traidores á ella, e ao seu Principe; estavam ajustados para amotinar Lisboa, quando se avizinhassem os exercitos inimigos; havia depositos de 500,000 armas para este fim; o trigo do terreiro estava ja escondido de prevenção para o sustento dos Francezes, quando entrassem em Lisboa—tudo isto, e outros muitos semelhantes alleives repêtia o povo em todo o Reyno: tudo isto, e outros muitos semelhantes alleives se escreviam para

fora d'elle, hindo correr a Europa, aonde não podiam deixar de ser accreditados, em quanto se não fizesse conhecer por toda ella, a summa perversidade do Governo de Lisboa : os Governadores sabiam que isto se escrevia, reconheciam que todas estas vozes eram notoriamente falsas, porque elles agora o attestam ; e que fizeram ? Desmentiram por acazo os testemunhos que viam levantar aos Portuguezes, e á nação ? Os testemunhos de que elles eram a unica, e a infecta origem ? Não. O mez de Setembro, o mez de Outubro correram, cevando-se elles na sanguinaria consolação de verem infamada, e calumniada a honra de uma parte da nação, e de verem a outra amargosamente chorando e suspirando de noite e mais de dia. Espectadores pacificos olhavam para estes horrores tão satisfeitos, como Nero via abraçar-se Roma com as chamas, com que elle mesmo a tinha incendiado. Foi preciso que o sol viesse da Gram Bretanha a dissipar as trevas de Lisboa ; desinfamar a uns dos Portuguezes, e desassustar aos outros ! Não são os nossos irmãos, oh Portuguezes ! aquelles que tinham feito os nossos males, de quem partio este lance de justiça e de humanidade no meio do seu arrependimento ; e como haviam de partir d'elles, como podiam sentir remorsos, se estas virtudes eram há muito olhadas como crimes no codigo da sua moral. Nós devemos este beneficio aos estrangeiros : elles foram o alivio das nossas familias, e dos nossos amigos.

Bem aventurada e saudosissima memoria do Senhor Dom João 4º. nós vós abençoamos uma e muitas vezes no nosso nome, e no dos nossos maiores ! Uma conjuração verda-

deira, plenamente provada, e immediatamente contra a sua Real pessoa havia chegado ao seu Real conhecimento, e o mesmo Senhor receia de proceder contra os culpados, e custa-lhe muito a tomar esta resolução dizendo, que nada lhe podia ser tão custoso e desgraçado, como ser elle mesmo quem fosse annunciar ao mundo, que havia alguns Portuguezes desligados da sua justissima causa ; * bem aventurada e saudosissima memoria d'este bom Rey, nós vós abençoamos uma e muitas vezes no nosso nome, e no nome dos nossos maiores ! Ah ! não vós assusteis lá na celestial morada, em que gozais o premio das vossas virtudes ; não foi no vosso Regio Sangue que ellas degeneraram. O Principe Regente nosso Senhor tem mostrado iguaes sentimentos aquelles vossos, em todas as suas providencias expeditas da Côrte do Brazil para Portugal ; são vassallos Portuguezes, que se levantaram com a Real authoridade, que tractam de illudir por todos os modos a execução das ordens do Vosso Augusto Neto ; são elles, bastardo sangue Portuguez, os que se tem apartado das lições, que a Vossa Sabedoria lhe deixou ; são elles os que inventam fantasmas para inculcar ao universo enganosa, e calumniosamente, que existem Portuguezes desligados dos interesses da Serenissima Casa de Bragança : isto que vós custava tanto a manifestar quando existia, elles o fingem, e apregoam á todo o custo da Real Fazenda, e das lagrimas dos Portuguezes, quando não existe : são elles os que deixaram correr por tanto tempo os infames

* Portug. Restaur, p. 1, liv. 5, f. 501, ed. de 1751.

testemunhos, que tinham levantado, e que não tractariam nunca de desmentir, se o seu mêdo igual a sua tyrannia, os não obrigasse a desinfamarnos, para desinfamar a honra do nome Inglez, fazendo recahir sobre si toda a torpeza da sua Septembrizaida.

Cobrir com apparencias de gravissimos crimes a Portuguezes que o Governo reconhecia livres d'elles, como impudentemente se atreve agora a confessar? Vêr por isto consternadas innumeraveis pessoas, que estavam illudidas com as pavorozas ideias que hoje se desmentem? Vêr toda a nação infamando com altas vozes uma consideravel parte dos seus concidadaos! Conhecer os temerarios juizos d'estes ultimos, os mal fundados sustos dos segundos, e os primeiros não manchados nos crimes que se lhes imputavam; ter na sua mão o facillimo remedio para acodir a todos estes males; ter sido mesmo a causa d'elles, e guardar silencio por cincoenta dias; fallar no fim d'elles somente arrastado pela força e pelo mêdo; e durante aquelle intervalo espalhar de quando em quando sobre as chagas alguns póz do impostor veneno, com que ellas se podiam irritar, como foi o avizo para o Presidente do Terreiro ja transcripto? Há uma moral igual a esta? Talvez que nem mesmo a haja entre os tigres? So por medo deixaram de insistir no seu peccado,

“Oderunt peccare mali formidine pena.”

Mas a politica que reluz na Gazeta, não hé menos digna de ser guardada nos musêos, como uma raridade da natureza. O que o Governo tinha em vista, era o sossego publico; elle era quem lhe merecia todo o seu cuidado;

e queria desviar tudo quanto podesse perturballo! Ninguém empregou jamais tão proporcionados meios para se obterem os seus fins?

Innumeraveis familias mergulhadas nos maiores trabalhos e desgostos, pela perseguição feita aos seus maridos, aos seus filhos, aos seus pais, aos seus parentes, aos seus amigos! todos os Portuguezes, á vista d'aquelle exemplo, assustados pela sua pessoal segurança, temendo quando seriam igualmente arrancados do meio da sua patria, das suas familias, e dos seus bens; ignorando quando se deitavam, se seriam despertados no meio da alta noite pelos algozes; desmaiando ao mais leve rumor, que sentiam na sua porta, porque podia ser originado pelos satelites da tyrannia, que os viessem conduzir as masmorras! Todos desassossegados por seu respeito; e muitos desassossegados porsí, e pelos outros! Mas tudo isto dirigido pelo Governo, a beneficio do sossego publico!

A plebe costumada a inquietar-se, quando sonhava com traiçoens, alvorotoda, em bandos e magotes pelas ruas, acompanhando com alaridos e motins a cada um dos presos, entulhando o Largo do Limoeiro ate ao ponto de assustar a justiça, fazendo-lhe dobrar as guardas das prisões, para sua segurança! Toda inquieta e desassossegada! Mas tudo isto dirigido pelo Governo, a beneficio do sossego publico?

Grande numero de imbécis, e de ignorantes, considerando a patria vendida, suspeitando que tudo estava minado; que se uma trama se descobria, muitas outras se conservariam escondidas, para quando menos se pensasse, apa-

recer como por arte Magica no meio do Rocio um Exército Francez, de que ninguem sabia; e que os malvados feiticeiros tinham feito marchar as escondidas desde Almeida até Lisboa! Desassossego este originado pela Farça do Governo! Mas tudo isto dirigido pelo seu disvelo a beneficio do sossego publico?

Gentes piedozas e devotas, curvadas diante dos Sanctos Altares, muito fervorosamente pedindo a protecção do ceo contra a perfidia dos seus concidadãos? Desassossegando-se ate inutilmente os Sanctos por este motivo, quando havia tantos outros, que exigiam fervorosas preces a bem do seu favor, e poderoso amparo! Mas tudo isto dirigido pelo Governo, a beneficio do sossego publico?

O Ministro da Gram-Bretanha, os Generaes Inglezes, e todos os individuos do seu Exercito, conduzidos a trabalhar para que o Governo de Lisboa os eximisse da imputação de terem tido alguma cooperação ou conhecimento d'aquelle facto! Briozamente desassossegados a fim de pôrem á salvo a sua honra! Mas tudo isto dirigido pelo Governo, a beneficio do sossego publico!

As seges apenas para o serviço dos Ministros, necesarios para tantas prizoões! Estes revolvendo e carregando montões de papeis inuteis! A Policia com os seus dous Ajudantes sem têr nem um minuto seu! Todas as embarcações do Tejo em movimento, da terra para a Fragata, e da Fragata para a terra! Os Militares trabalhando de dia emais de noite sem descanso algum! O Governo dispondo papeis anonymos para distribuir gratuitamente no dia 19 de Septembro, intitulado-se—*activo, sizudo, vigi-*

lante, que dava premios e castigos promptos ! Ate occupadissimos os sempre vadios ociozos, pelas Praças, pelos Caêz, pelas Ruas, pelas Loges, correndo atraz das novidades, esperando vêr aqui a remessa para a Fundação das 5000 espingardas descobertas pela vigilancia do Governo, esperando vêr alli passar para o Terreiro os milhares de barricas de farinha, que estavam de prevenção para sustentar os inimigos ! Os brutos e mais os homens, o mar e mais a terra, o Governo, os Ministros, os Militares, os rapazes, a plebe, os vadios, todos activamente empregados com o corpo e mais com a alma para desencantar a bella Dulcinea del Toboso ! Mas tudo isto dirigido pelo Governo, a beneficio do sossego publico !

Todo o publico desassossegado sem motivo algum, em beneficio do sossego publico ! O diluvio de Deucaliaõ empregado para salvar os homens de morrerem affogados ! Confundindo-se as trevas com a luz, para se crear assim a noite e mais o dia ! Que admiravel Politica !

E quanto admiravel não he ella ainda mais, consideradas as deficeis circumstancias de uma conjunctura tão delicada, de que tão bem se lembra a Gazeta nestas poucas regras ? O Povo assustava-se com a idea das traições, e cahindo á vista dos fantasmas, que lhas representavam, nos seus accidentes ochlocraticos, perdendo no meio d'elles toda a subordinação quando o inimigo se avizinhava, dispunha em Soberano dos Generaes que assassinava, dos Governos que dispersava fugitivos, e de tudo quanto estava para baixo de uns e outros. Desde o Ebro ate ao Douro, e ate ao Guadalquivir se tinham visto represen-

tadas estas scenas espantosas, que para bem da Humanidade se devem cobrir com o véo do esquecimento. Os Francezes penetravam pelo Reyno, e era chegado o nosso momento d'aquelles perigos. O Governo queria o sossego publico, e que faria? Apresentar ao Povo aquelles fantasmas que o desassossejavam: empregar a medicina que o fazia cahir nos seus frenesis: e como dizia ao seu doente que não dormisse, estava certo, que elle havia de estar sempre vigilante, por maior quantidade de opio que bebesse. Que admiravel Politica!

Os Portuguezes tinham a combater Francezes armados de ferro: eram elles os inimigos que os atacavam. E que faria o seu Governo para os conduzir á defeza? Desfigurar por todos os modos aquillo por aonde podia vir o mal.—*São poucos, não podem ter reforços, estão morrendo de fome*—e cousas semelhantes hé o que elle inculcava, e fazia inculcar ao Povo, nas suas diarias Gazetas. Nas circumstancias difficeis em que as outras Nações para accender a energia e mais a força dos deffensores, declaravam ao som das vozes mais estrondosas, que a Patria estava em perigo, levantando alguma vez assustadoras bandeiras pretas, para que tudo gritasse áos Cidadaãos que era preciso o emprego de todos os esforços; nestas circumstancias difficeis cantar sonhados triunfos? adormecer aquem era preciso despertar? Pela outra parte, desviar aos Cidadaãos todo o cuidado para as traições e para as perfidias que não havia, e de que não podia resultar a sujeição da Patria? Desacautelar do perigo verdadeiro, e fazer empregar todo o cuidado sobre fantasmas? Na terra

prevenir contra as Baleias, e no mar contra os Leões ? Que admiravel Politica !

Para fazer valorosa uma Nação, como pediam as difficeis circumstancias de uma conjunctura tão delicada, hir desencantar o Despotismo mais desenfreado, capaz de fazer desmaiar a todos ! Querer que gentes habituadas a tremer á vista dos satelites da tyrannia, ganhassem por isso mesmo o habito da coragem para affrontar a morte na ponta das baionetas inimigas ! Forçar toda uma Nação a ser medroza forá do combate, para que ella fosse valente n'aquelle momento ! Que admiravel Politica !

Queria-se excitar o Patriotismo entre os Portuguezes, n'elle se lhes fallava todos os dias : e fazia-se que não houvesse Patria ! O Cidadão havia de combater muito pellos seus bens, quando se via a ponto de perdêllos arbitrariamente de um dia para o outro ? Havia de expôr o sangue e mais avida pela sua gloria, sendo tractado como escravo ; pela sua felicidade, quando estava debaixo do Despotismo ; e pela sua segurança sendo governado por Tyrannos ? Fazendo desaparecer a Patria para que haja amor da Patria ; extinguindo a segurança, a propriedade, e todos os direitos civis, para deste modo se excitarem os Cidadãos a defendêllos ? Que admiravel Politica !

E no que respeita a Jurisprudencia, que illustre monumento ! Que profunda sabedoria ! Que nova escola de Direito ! *Porque podia ser prejudicial ao sossego publico a residencia de alguns individuos no Reyno, tomou o Governo a resolução de os remover interinamente de*

Portugal. Porque podia ser prejudicial! Bone Deus, quam ridiculos habuimus Consules!

Que cousa hé poder ser prejudicial ao sossego publico a residencia de um individuo no Reyno? Hé poder elle commeter algum crime, ou poderem os outros commeter algum crime por causa d'elle: são os delictos que unicamente podem perturbar internamente o sossego publico de um Estado: porque resultando o dicto sossego da observancia das Leys, e do mutuo respeito dos Cidadãos para com os direitos uns dos outros; elle só pode perturbar-se com a transgressão das dittas Leys, e com o ataque d'aquelles Direitos. Eis-aqui pois, a Jurisprudencia do Governo de Lisboa: *porque um Cidadão pode commeter crimes, ou porque os outros os podem commeter á seu respeito, seja elle arrancado da sua Patria, da sua familia, das suas occupaões, e dos seus bens. Bone Deus, quam ridiculos habuimus Consules!*

E quem hé que não pode ser prejudicial ao sossego publico por ambos aquelles motivos? Quem hé civilmente impeccavel? Quem está livre de poder ser objecto das culpas dos outros? Deportem-se então pois, todos os Cidadãos, não haverá nenhum que se possa eximir das ta-boas da proscricção, se ellas se formarem, consultando-se aquelle texto do Governo de Lisboa.* *As Leis da China, diz Montesquieu, imposêram a pena de morte a todo aquelle que fallasse com o respeito ao Imperador, e como*

* De l'esprit des lois, liv. 12, cap. 7.

ellas não definiram quando era que se fallava com o respeito ao Imperador, tudo podia servir de pretexto para se tirar a vida á quem se queria. O Governo degenera sempre em despotismo, logo que os Cidadãos podem ser inquietados e perseguidos por motivos vagos, e indeterminados. Mas quando se vio algum pretexto de inquietar, e de perseguir, que fosse tão vago, e indeterminado como este—porque a sua residencia aqui pode ser prejudicial ao sossego publico? Quem pode estar seguro de não ser infamado e expatriado, vivendo debaixo de um Governo, que declara dirigir-se por esta Jurisprudencia? A peste, a fome, e mais a guerra serão menos devastadoras para um Estado, do que um Governo guiado por similhante Jurisprudencia, inteiramente antisocial.

Cicero tinha-se lembrado deste systema do Governo de Lisboa, mas foi para accautelar os homens a desviarem-se d'elle; classificando no numero das injurias que elles podiam fazer uns aos outros, o causar um mal, porque se tinha mêdo que de se lhe fizesse outro: **Atque iste quidem injuriæ, quæ nocendi causa de industria inferuntur, sæpe a metu proficiscuntur, cum is, qui nocere alteri cogitat, timetne, nisi id fecerit, ipse aliquo afficiatur incommodo.* Ah! como hé belo aquelle *nocendi causa de industria inferuntur*! Parece que estava pintando o nosso caso; a deliberada vontade de fazer mal, os meios procurados industriosamente para o conseguir!

* De Officiis, lib. 1º. Cap 7

O que Cicero porem chamava uma injustiça, aquillo que elle mesmo n'outro lugar dizia, que ninguem jamais poderia estabelecer como regra, sem arriscar o genero humano aos maiores perigos, hé um text'o no Codigo do Governo de Lisboa; um texto que lhe parece bastante para sustentar a sua Septembrizaida? *Quis hoc statuit unquam, aut cui concedi sine summo omnium periculo potest, ut eum potuerit occidere a quo metuisse se dicat, ne ipse potius occidatur.** O Romano orador cuidava que ninguem podia seguir esta jurisprudencia: Catao dizia do mesmo modo que elle—*quod illos dicimus voluisse facere, id nós prius facere occupabimus?*†—e antes dos dous illustres Romanos, Clearco na Grecia, referido por Xenofonte, tinha lembrado que a practica de um tal principio, podia sujeitar a males gravissimos aquelles, que nem fariam nunca, nem mesmo teriam cogitado fazer o que se temia. *Multos ego novi, qui calumnia adducti, aut suspicionem, dum metuunt alios, et prevenire malunt, quam perpeti, atrocissimis malos, eos affecerunt, qui nihil tale facturi fuerant, ac ne cogitaverunt quidem.*‡ Na Universidade de Coimbra ensina-se § á mocidade, que hé tanto contra direito aquella doutrina, que se ella se seguisse,

* Orat. pro Tull. apud Quintil. lib. 5, cap. 19.

† Orat. pro Rhodiens apud. Gell. Noct. Athic. lib. 7, cap. 3.

‡ De exped. Cyri. lib. 2, cap. 5.

§ Mart. Posit. de Jur. Civit. §. 704. Compendio de que se usa n'aquella Universidade para o ensino do Dir. Natur. Publico, e das Gentes.

todos os pobres e fracos poderiam com justiça empecer aos ricos e robustos, porque estes podiam ser prejudiciaes áquelles. Hé porem a jurisprudencia do Governo de Lisboa esta mesma, que todos os sabios reprehendem. Bone Deus, quam ridiculos habuimus Consules!

Mas como poderá ella conciliar-se com as ordens de um Soberano, que pelas mãos d'esse mesmo Governo de Lisboa escrevia ao Clero, Nobreza, e Povo do seu Reyno,* que sempre havia seguido, e queria que se seguisse nos seus Estados a famosa regra do Imperador Romano, que protestara, querer antes, que ficassem impunidos muitos delinquentes, do que vêr sujeitado ao castigo um unico innocente! Para se fazer isto hé que se adopta a jurisprudencia de expatriar com todo o apparatus da infamia, só porque se cuida ou finge cuidar, que a residencia do expatriado no Reyno, pode ser prejudicial ao sossego publico? Hé com o uso d'este direito que se hade practicar a maxima do Imperador Romano, louvada, e approvada, e mandada guardar por S. A. R. nos seus Estados? Nos sabemos, e hé necessario que o mundo todo saiba, que o Principe Regente nosso Senhor segue regras de direito inteiramente contrarias á estas; porque o Governo de Lisboa, estabelecido no seu Real nome, confessa governar-se.

São consequentemente um thesouro estas quatro linhas da Gazeta. N'ellas o Governo de Lisboa faz vêr ao universo um exemplo da sua linguagem sybilina, outro da sua moral antropophaga, outro da sua politica contra-

* Carta Regia de 2 de Janeiro, de 1809.

dictoria, e outro da sua anti-social jurisprudencia. E tudo isto em quatro linhas! Ninguem n'este assumpto lhe ganha no estillo Atico.

Mas por entre todas estas raridades d'aquelle seu riquissimo quadro, hade reluzir tao bem, que a sua Septembrizaida era filha do mesmo fatal systema, com que em Lisboa se consentiram desde Setembro de 1808, ate Fevereiro de 1809, quadrilhas de rapazes, e de plebe pelas ruas, e pelas casas dos particulares, insultando a quem que-riam, com o pretexto de prender Francezes e Jacobinos : 1.^a Atrocidade contra o publico sossego : filha do mesmo fatal systema com que em todos os papeis do Governo, e nas Gazetas, e Periodicos de Lisboa, se estava diariamente inculcando aos Portuguezes, que entre elles havia traidores, e emissarios Francezes, a fim de os intrigar e dividir a uns dos outros : 2.^a Atrocidade contra o publico sossego : filha do mesmo fatal systema com que o Governo para nutrir ainda mais poderosamente no povo os seus desinquietadores prejuizos, sobre perfidias dos seus concidadãos, prendia mysteriosamente de quando em quando alguns de entre elles, sem jamais declarar a causa, nem consentir em que se lhes fizessem processos publicos, como elles requeriam, para que deixando-os assim infamados arbitrariamente, servissem de desinquietar a plebe n'huma, ou n'outra occasiao : 3.^a Atrocidade contra o publico sossego : filha do mesmo fatal systema com que se pregava sempre em Portugal pelo Governo, ou de seu consentimento, que os Francezes só venciam por perfidias, e por traiçoens, para que, em o inimigo tendo alguma van-

tagem, sendo ella attribuida logo no publico á estas causas, originasse os alvoroços costumados : 4^a. Atrocidade contra o publico sossego : filha d'aquelle mesmo fatal systema, com que sendo assassinado pela plebe do Porto o Tenente Coronel João da Cunha de Araujo Porto Carreiro, em uma tarde do mez de Março, de 1809, com a falsa imputação de traidor, depois de ter sido acclamado um dos primeiros Restauradores no Leal Portuguez de 13 de Julho, de 1808, o Bispo do Porto que se tinha attribuido a publica administração da Cidade, em vez de fazer logo sumir n'aquella noite, e sepultar o cadaver do infeliz, que ficou exposto e desamparado na rua, o deixou ahí conservado, para no dia seguinte ser a túnica de Cezar que inflamasse o povo, e que o conduzisse á outros attentados ; como com effeito inflamou, e conduzio, hindo arrambar as Cadeias, assassinar doze dos que estavam n'ellas defendidos á sombra da justiça, e fazer outras muitas crueldades, que foi necessario depois vingar com muitas mortes : 5^a. Atrocidade contra o publico sossego : filha do mesmo fatal systema, com que assassinando a plebe de Braga o Tenente General Bernardim Freire, que commandava em Chefe o Exército Portuguez na Provincia do Minho, sendo este delicto commettido com o pretexto do mesmo alveio de traidor que se lhe imputou, e vindo um Commissario popular trazer ao dicto Bispo as insignias do morto em signal do seu triumpho ; elle em vez de recusar recebêllas, e de reprehender o mensageiro, o abençoou, mandando depôr os tristes despojos do General sobre uma mēza no seu Paço Episcopal, aonde se conservaram

publicamente alguns dias : 6^a. Atrocidade contra o publico sossego : filha do mesmo fatal systema, com que, prendendo a mesma plebe do Porto o Chanceller da Relação, que era o primeiro Magistrado da Provincia, e conduzindo a plebe do Minho igualmente preza a familia do Conselheiro de Estado Antonio de Araujo de Azevedo, sendo estes innocentes e tão consideraveis prêzos levados ao Paço do mesmo Bispo, elle os mandou recolher no seu Aljube, confirmando o povo por este modo, sobre a authoridade do seu procedimento ; em vez de defender com força armada, que tinha á seu arbitrio, a justiça atrocemente ultrajada no seu Chefe, e a innocencia escandalosamente maltractada na pessoa de todos os prêzos ; 7^a. Atrocidade contra o publico sossego : filha do mesmo fatal systema, com que se tem procurado por todos os outros modos possiveis inquietar o Povo Portuguez n'estes dous annos, para que elle se reduzisse a uma perfeita anarchia, e rompesse de quando em quando em todos os excessos proprios d'ella : sendo o Governo o primeiro cooperador para isto, ja immediatamente por si, e ja pela tollerancia dos factos dos outros ; factos de tal natureza, que seria impossivel verem-se consentidos aonde houvesse o mais leve conhecimento da arte de governar os Povos, como demonstramos muito amplamente na ja citada Obra—*Parallelo do Governo Portuguez subsequente ás Revoluções de 1640, e de 1808*—8^a. e geral atrocidade contra o publico sossego.

OBSERV. 4^a.

Segue-se porem ainda o vizivel estandarte do triunfo dos perseguidos, na confissão que faz o Governo de Lisboa n'esta Gazeta, de que o Marechal Wellesley * não tiyera algum prévio conhecimento d'aquelle facto, practicado pelo meio de Setembro. O dicto Governo confessa n'isto publica, espontanea, e claramente o seu crime.

S. A. R. na sua carta Regia de 6 de Julho de 1809, dirigida aos Governadores do Reyno, sendo servido nomear a Sir Arthuro Wellesley Marechal General dos seus Exercitos, houve por bem determinar-lhe, que logo que elle assim fosse reconhecido, seria chamado a todas ás sessões do Governo, em que se tractasse da organização Militar, ou objectos concernentes ao mesmo fim, de materias de Fazenda, e das grandes Resoluções que fosse necessario tomar sobre a defeza do Reyno, e da Peninsula, consultando em todos estes pontos o seu parecer, e ouvindo-o mesmo do modo possivel por escripto, nas occasiões em que elle se achasse auzente, e não podesse assistir ás dictas sessões.

Esta era a Ley que devia guardar o Governo de Lisboa; e conforme á ella, querendo o bem da defeza do Reyno, em consequencia d'essas pretextadas averiguações, e informações da Policia, deportar para fora do Reyno, por um modo summamente estrondoso tantos e tão consideraveis Portuguezes, não podia dispensar-se de ouvir o parecer do sobredicto Marechal; e declarando agora que o não

* Gazetâ de Lisboa de 21 de Novembro, de 1809.

fêz, vem a confessar a sua desobediencia áquella Regia Determinação ; e que o seu procedimento foi illegal, contrario ás regras que se lhe tinham prescripto pelo Soberano ; devendo por isso responder á S. A. R. pela transgressão das suas Ordens, e aos particulares por todos os interesses, perdas, e damnos, que do dicto facto lhes tiverem resultado. E teria de responder taõbem ao mesmo Marechal, se o não houvesse já satisfeito com esta declaração : sendo este talvez o mais poderoso motivo que obrigasse a Lord Wellington para exigir do Governo de Lisboa a Nota Official que vemos na Gazeta : porque em quanto ella não apparecesse, devendo suppor-se que o mesmo Governo guardou as Ordens de S. A. R. ; ninguem poderia deixar de entender que o dicto Marechal tivesse sido consultado sobre aquella fatal Septembrizaida. Ella, pelas circumstancias do tempo, iuculcava sêr uma grande operação, necessaria para a defeza do Reyno, e assim foi entendido por todos,* e o mesmo Governo agora nós declara, que tal era a sua natureza, e os seus motivos, destinando-a a sustentar o sossego publico, em conjunctura taõ delicada como aquella em que estava o Reyno, que era de se achar invadido pelo inimigo, convindo á bem da sua defeza evitar quanto fosse prejudicial ao mesmo sossego. O Governo defende o seu facto, inculcando-o como necessario á defeza de Portugal, como uma grande operação destinada á este fim ; e n'estes têrmos, não consultando,

* Correio de Londres, N. 27, de 2 de Outubro de 1810. Artigo Hespanha e Portugal--e no Postscriptum.

antes de o pôr em practica, o Marechal Wellesley, como agora declara, veio a transgredir manifestamente os preceitos de S. A. R.

Hé pois, o dicto procedimento do Governo, considerado por este lado, filho do mesmo fatal sytema, com que tendo elle limitados os seus poderes, nas Instruções de 26 de Novembro, de 1807, sem attenção alguma á ellas, tem regido Portugal, como se fosse um Reyno inteiramente seu, e muito mais arbitrariamente do que os Senhores Reys de Portugal o haviam feito em tempo algum :

1º. Attentado contra a Regia authoridade : filho do mesmo fatal systema, com que, cohibindo-lhe S. A. R. os seus excessos, pelas Cartas Regias de 2, e de 11 de Janeiro, de 1809, acompanhadas das Regias instrucções porque devia dirigir-se, elle, escondendo estas suas leys constitucionaes, que todos os Vassallos Portuguezes deviam conhecer, para saberem o que lhe podiam requerer á elle, e o que era necessario pedir immediatamente á S. A. R., continuou no pleno e arbitrario uso da Soberania, representando ao mesmo Senhor, para lhe ampliar a authoridade que lhe havia concedido, como se vê da Carta Regia de 30 de Agosto, de 1809 : quando o respeito devido ao Soberano pedia, que se observassem as suas determinações, e que quando parecesse proveitosa alguma representação a respeito d'ellas, se fizesse, cumprindo-se entretanto o que S. A. R. havia mandado : 2º. Attentado contra a Regia authoridade : filho do mesmo fatal systema, com que, respondendo-lhe S. A. R. na citada carta Regia de 30 de Agosto, marcando-lhe a maneira de Governar o

Reyno, não fez publicar esta Regia determinação na Gazeta, em que annunciava todas as que emanavam do Governo ; como se estas fôsem mais respeitaveis e importantes do que aquella ; tudo isto para continuar no abuso do seu poder, esperançado de não poder ser arguido pelos Portuguezes : 3º. Attentado contra a Regia authoridade : filho d'aquelle mesmo fatal systema, com que, mandando-se na mesma Carta Regia, que o Governo não julgasse pessoa alguma immediatamente por si, mas que fizesse sentenciar os que merecessem por Magistrados e Juizes, na conformidade das leys ; elle procedeo tanto pelo contrario, que continuou a prender quantos quiz, sonservando-os em carceres, e degradando-os arbitrariamente sem processo e sem sentença, como havia procedido á nosso respeito, e a respeito de muitos outros, e finalmente com todas as victimas da sua Septembrizaida : 4º. Attentado contra a Regia authoridade : filho do mesmo fatal systema, com que elle zombou do aviso expedido immediatamente da Corte do Brazil, a favor do Desembargador Francisco Duarte Coelho, para que fosse sentenciado segundo as leys, como acima dissemos : 5º. Attentado contra a Regia authoridade : filho ultimamente do fatal systema com que tem obrado, e continua a procêder em tudo, como se o Governo fosse Soberano de Portugal, e este Reyno um patrimonio seu, e os Portuguezes servos addidos ás suas terras, e sujeitos á sua livre e arbitraria disposição : 6º. e geral attentado contra a Regia authoridade.

OBSERV. 5a.

Eis aqui ja quatro estandartes ganhados sobre o inimigo! Quatro motivos de triumpho para ás victimas da Septembri-zaida Lisbonense! Os Inglezes não querem ter parte alguma n'este successo: o Governo de Lisboa ja tracta de imputallo á repartição da Policia, e ja procura desfigurallo, sendo para isso obrigado a faltar á verdade historica, e a inculcar principios de moral, e de politica, e de jurisprudencia inteiramente absurdos, e desconhecidos á todos: e finalmente chega a reconhecer a illegalidade do seu facto, e a sua culpa, quando confessa ter desviado do Marechal Wellesley a previa noticia d'este procedimento.

E ao mesmo tempo que os deportados vam começando a triunfar, hira chegando aos Pés de S. A. R. o conhecimento sobre os máos serviços do Governo de Lisboa, ja por ter procurado desligar os Portuguezes dos Inglezes, pelos diversos estratagemas que referimos na 1a. Observ. ja por ter tractado de intrigar e dividir a nação, excitando n'ella motins, e publico desassossego; systema o mais prejudicial á causa que se defendia, de que temos tantas provas, quantas são as atrocidades referidas na 3a. Observ. e ja por ter faltado á observancia das Reaes ordens, como elle hé obrigado a confessar n'esta Gazeta, consistindo n'isto mais um dos seus attentados contra a Regia authoridade, que appontamos na 4a. Observ.

Que falta pois? Unicamente obrigar o Governo de Lisboa a desistir do seu mysterioso systema; d'estas suas expressoens indeterminadas e vagas; d'estas palavras que

naõ dizem nada e que podem dizer muito—*averiguações da Policia—informações que fôram communicadas pela Policia—com penas mais graves*—para em todo o caso deixar alguma duvida, sobre a inteira innocencia dos perseguidos; ficando sempre ambiguo, se elles teriam sido merecedores de algumas penas, ainda que naõ taõ graves, como mereciam esses delictos de que eram desinfamados por agora.

Mas este Governo de Lisboa naõ accusa todos os dias de criminosos e tyrannicos os procedimentos dos Francezes? E quererá elle excedêllos? Se o naõ quizer, deve apresentar em publico essas averiguações, essas informações da Policia de que falla, imprimam-se na Gazeta do Governo; possam todos vellas e analysallas. Foi d'esta sorte que se procedeo na França ha bem poucos mezes, relativamente ao caso da sedução attribuida ao Governo Britannico, para a fuga do infeliz Fernando VII. O traslado das peças pertencentes á este successo imprimio-se, e correu a França, e todo o mundo. Naõ se disse somente que as tinha havido, apresentaram-se, e mostraram-se: e desejamos que o Governo de Lisboa nos tracte com essa mesma crueldade: e poderemos entaõ repellir os golpes, que a calumnia quizer empregar contra nós, como a Gram Bretanha podia repellir os óutros; e naõ seja tudo mysterio em procedimentos criminaes e de Policia, porque elles foram sempre em taes materias, filhos da iniquidade, como diz Brissot.

Taõbem as imputações feitas aos Generaes e Ministro

da Gram Bretanha sobre a sua intervenção na Septembrizaida Lisbonense eram notoriamente falsas, e com tudo, nem porisso o Governo de Lisboa achou desnecessario o desmentillas claramente. E porque fatalidade succederá, que não dôa igualmente a honra do nome Portuguez, para que deixe de desmentir os testemunhos que vê levantar-lhe, assim como desmentio os que eram relativos aos vassallos da Inglaterra ?

Ah ! a força Britannica foi quem obrigou a desfazer a calumnia com que se fizera reflectir parte d'aquella atrocidade sobre a Inglaterra : e ainda não houve uma igual força, que obrigasse a desfazer taõ bem toda a calumnia, em quanto aos Portuguezes ?

Mas as virtudes que cercam a S. A. R., algum dia poderão fazer-nos fortes, declarando-se em nosso auxilio ; isto hé, em favor da mais sancta de todas as causas, da justiça opprimida pela força, da innocencia perseguida e desterrada pela tyrannia : taõbem algum raio da luz, que cerca o throno Portuguez poderá vir ainda brilhar sobre o Tejo, e dissipar as trevas, unicas defensoras do Governo de Lisboa ; obrigando a mostrar á face do universo, que averiguações, e que informaçoes de Policia são estas, em que mysteriosamente falla, mas que não explica, nem explicará jamais se não por mêdo—

Oderunt peccare mali formidine pænæ.

Nós não desistiremos nunca do nosso empenho, em quanto tivermos vida, havemos de trabalhar para que o Governo de Lisboa seja obrigado a entrar com nôsco em

um duêllo franco, e sustentado á luz do dia. Quiz infamar-nos de deslealdade á S. A. R. e mais á Patria; e hé obrigação nossa defender e vingar a propria fama. Ou elle se hade desdizer publicamente, ou hade verificar a imputação, com que nos quiz manchar, para que sejamos mesmo por nosso requerimento castigados; ou nós não havemos de cessar de conduzirmos aos Pés de S. A. R. constantes e importunas preces, para que obrigue a litigar com nôscos á este respeito em publico, quem só pode deixar de ser vencido em quanto fugir, como o tem feito até agora.

Nós bem conhecemos os perigos do partido que abraçamos; mas todos elles são nada aos nossos olhos; quando se tracta de defender a fama n'este artigo, acabar brigando, hé morrer no campo da honra; e triunfar seguramente, ainda que seja para depois da morte. Dirão as Gerações vindouras, que findámos, fatigados de correr atraz d'aquelle, que ousou lembrar-se de manchar a nossa gratidão para com o Principe Regente, á quem deviamos tudo o que eramos; e que depois do dicto aleive não fez senão fugir-nos: e nossa constancia de buscar por toda a parte intrepidamente os calumniadores fugitivos, e este seu constante systema de se esconder á nossa vista, será o louro que nos haja de coroar, e a infamia eternamente vergonhosa do Governo de Lisboa. Taõbem Vérres cuidou salvar-se, evitando, e fugindo á discussam da sua causa, mas nem livrou a sua memoria da mais negra infamia, nem fez menos justa a causa da Sicilia, nem menos glorioso o triumpho de Cicero.

ADDITAMENTO A' OBSERV. 4.^a.

Nós tinha mos apontado a Carta Regia de 6 de Julho de 1809, em que S. A. R. havia Ordenado ao Governo de Lisboa, que *em todas as operações relativas á defeza do Reyno e da Peninsula* ouvisse o parecer de Lord Wellington; e tinhamos sustentado, que a Septembrisaida Lisbonense não podia ser considerada senão como uma operação destinada á defeza do Reyno: concludindo d'estas premissas, que procedêra aquelle estrondoso facto sem o previo conhecimento do referido Lord, confessava a illegalidade do seu procedimento, e a falta de respeito que tinha com as Ordens do Soberano de Portugal, em cujo Nome governava este Reyno, e que devia religiosissimamente cumprir e guardar. Mas depois de termos concludido este opusculo, veio á nosso poder o Documento ao diante juncto, que hé a prova authentica do que nós tinhamos escripto como conjectura nossa: e não podemos omitir este Additamento, para confirmação do que haviamos enunciado.

O Secretario do Governo D. Miguel Pereira Forjaz, escrevendo ao Governador e Capitão General das Ilhas dos Açores, na data de 17 de Setembro, no Officio que acompanhou os deportados, comprehendidos n'aquella expedição, declara mesmo, que ella hé dirigida—*A beneficio da defeza e segurança do mesmo Reyno*—e he este o mesmo caso em que S. A. R. ordenava ao Governo de Lisboa, que não procedêsse sem ouvir o respeitavel Lord, ao menos por escripto, quando elle estivesse auzente. A parte do nosso discurso, que nós tinhamos sustentado

com argumentos deduzidos da natureza do facto, está agora plenamente provada com o Documento que ajunctamos: e fica sendo innegavel a culpa do Governo de Lisboa, quando passou a ter um procedimento tão estrondoso, contra as expressas Ordens de Sua Alteza Real.

As mesmas palavras de que se serve a Carta Regia—*A bem da defeza do Reyno, e Peninsula*—são as que usa o Secretario do Governo para classificar a sua Setembrobrisaída: e S. A. R. terá na dicta Carta Regia, combinada com a declaração da Gazeta, e com o Documento juncto, o mais authenticico testemunho da pouca attenção do Governo de Lisboa para com as suas Reaes Ordens, e em materia tão grave? E nós teremos um novo Documento para as acções, que destinamos intentar contra o Governo de Lisboa, a fim de satisfazer a reparação da nossa honra, da nossa fama, e de todos os interêsses, e prejuizos; porque elle nos deve responder, uma vez que obrou como particular, e contra os poderes e regras que o Mesmo Senhor lhe havia prescripto.

Copia tirada de uma publica forma.

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Senhor,

Diz Jozé Ferraõ de Mendonça e Sousa, Licenciado na faculdade de Direito pela Universidade de Coimbra, Prior da Igreja Parrochial dos Anjos em Lisboa, e prezo no Convento de Sancto Antonio dos Capuchos, d'esta Cidade de Angra com sentinellas á vista, que sendo por vistas da Policia removido interinamente de Portugal para esta Ilha Terceira por odem do Governo daquelle Reyno, não tem o supplicante crime, nem culpa formada, com

penas estabelecidas por Ley expressa, como acabam de declarar ao mundo inteiro os Excellentissimos Governadores do mesmo Reyno, na Gazeta do Governo de vinte e nove de Outubro passado, d'este anno de mil outocentos e dêz; nem tam pouco tem encorrido em censuras, ou penas Cannonicas. E porque tanto como Parrocho como por Sacerdote tem obrigação de celebrar o Sacrosanto, e en-
cruento Sacrificio da Missa pelos seus Freguezes, e por outras obrigações, que tem á seu cargo, e não pode obter licença do Ill.^{mo}. e Ex.^{mo}. Senhor Bispo d'esta Diocese, ou do seu Rev.^{mo}. Vigario, que nesta Cidade o representa, sem o beneplacito de V. Ex.^a., aquem o supplicante olha como seu Juiz nesta parte; Recorre á V. Ex.^a. para que lhe permita faculdade de requerer a dicta licença para poder celebrar aquelle tremendo sacrificio na Igreja daquelle Convento. Pede a Vossa Excellencia a mercê de deferir-lhe com a sua bem conhecida rectidão e Christandade. E Recêberá mercê.

DESPACHO.

Em rellação assignada por Jaoõ Felipe da Fonseca, que accompanhou a Carta do Secretario do Governo de Portugal Dom Miguel Pereira Forjaz de dezasette de Setembro deste anno, veio o supplicante incluído no Número dos que deviam ser reclusos em Conventos; não me foram constantes os motivos do Procedimento, que se teve em Portugal contra o Supplicante, e somente por parte dos Governadores do Governo, digo dos Governadores do Reyno me foi requerido *por serviço de Sua Alteza Real e beneficio da defeza e segurança do mesmo Reyno*, que conser-

vasse o Supplicante, e as de mais pessoas, que vieram prezas com as cautellas indicadas na Rellação acima mencionada: O Supplicante assim como os de mais prezos me foi entregue pelo Chefe de Esquadra Matheus Pereira de Campos, como prezo de Estado, e assim se passou recibo da entrega: se o Supplicante tem padecido incomodos com a privação da sua liberdade, nem me são imputaveis, nem me cumpre aleviallos, em quanto se me não fizerem saber officialmente os motivos, que determinaram a sua remessa para estas Ilhas. Quanto ao exercicio das suas Ordens, deve o Supplicante requerer digo o Supplicante recorrer a quem pertence, digo recorrer ao Reverendo Vigario Geral, a quem pertence decidir se elle hé compativel, ou não com o estado de reclusão em que o Supplicante se acha, não por ordem minha, mas por effeito da Requisitoria dos Governadores do Reyno de Portugal. Angra vinte e seis de Dezembro de mil outocentos e dez—Com uma rubrica do Excellentissimo e Illustrissimo Governador, e Capitam General Ayres de Souza Pinto.

Hê a fiel Copia da Petição, Despacho n'ella proferido, e reconheço a firma do mesmo Despacho ser da propria mão e punho do dicto Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Governador e Cap^{am}. General actual destas Ilhas dos Açores supra nomeado. Angra, 26 de Dezembro de 1810. E eu Vincente Ferrer Pinheiro da Silva Tabaliao que o sobrescrevi e assignei em publico e razo,

Em testº. da Verd.

VINCENTE FERRER PINHEIRO DA SILVA.

Impresso por W. Lewis, Paternoster-row, Londres.

7ao

ca 7126144 001
Borba I, 203

2/95



80